

Release de Resultados

4T21 e 2021

Reservatório do Rio Manso



COPASA

Belo Horizonte, 29 de março de 2022 - A COPASA MG - Companhia de Saneamento de Minas Gerais - (B3: CSMG3) anuncia hoje o resultado do quarto trimestre de 2021 (4T21) e do exercício de 2021. As informações financeiras, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil) e se referem à Controladora. As tabelas deste relatório estão disponíveis para *download* no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.copasa.com.br).

HIGHLIGHTS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida de água e esgoto totalizou **R\$1,29 bilhão** no 4T21, contra **R\$1,34 bilhão** no 4T20. Em 2021, a receita líquida de água e esgoto foi de **R\$5,18 bilhões**, **3,3%** superior ao ano anterior.
- Os custos e despesas administráveis do 4T21 totalizaram **R\$677,6 milhões**, contra **R\$646,9 milhões** no 4T20. No ano, os custos e despesas administráveis totalizaram **R\$2,71 bilhões**, contra **R\$2,50 bilhões** em 2020.
- O resultado de 2021 foi afetado por itens extraordinários referentes ao Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, devolução de tarifas determinada pela Arsae-MG e incremento da provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024).
- O EBITDA ajustado do 4T21 foi de **R\$456,1 milhões**, com margem de **32,9%**. Nesse ajuste está sendo desconsiderada a parte da provisão referente ao processo trabalhista supracitado, contabilizada como outras despesas operacionais no valor de **R\$110,3 milhões**.
- O EBITDA ajustado do ano de 2021, desconsiderando os itens extraordinários (Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, devolução de tarifas determinada pela Arsae-MG e incremento da provisão para o processo trabalhista), foi de **R\$1,94 bilhões**, com margem de **35,9%**.
- O Lucro Líquido no 4T21 foi de **R\$64,3 milhões**, e no ano foi de **R\$537,6 milhões**.
- Os investimentos realizados no 4T21 somaram **R\$328,6 milhões**, totalizando **R\$943,4 milhões** no ano, considerando a COPASA MG e a Copanor, conjuntamente.
- Os Juros sobre o Capital Próprio - JCP declarados referentes ao exercício de 2021 totalizaram **R\$ 282,7 milhões**.
- A Dívida Líquida atingiu **R\$2,71 bilhões** em dezembro de 2021, e a relação Dívida Líquida/EBITDA atingiu **1,7x**.
- Em dezembro de 2021, o número de economias (unidades consumidoras) de água atingiu **5,53 milhões** (**5,46 milhões** em dezembro de 2020) e o de esgoto atingiu **3,89 milhões** (**3,76 milhões** em dezembro de 2020), considerando a COPASA MG e a Copanor, conjuntamente.
- A inadimplência passou de 4,52% em dezembro de 2020 para 3,50% em dezembro de 2021.

Teleconferência de Resultados e COPASA Day

(Evento Conjunto):

30 de março de 2022 (quarta-feira)

Horário: 10h30 às 12h20

Webcast: [Clique aqui](#).

Relações com Investidores - Contato

(31) 3250-2015

ri@copasa.com.br

ri.copasa.com.br.

Índice

1. Desempenho Operacional.....	3
1.1. Concessões de Prestação de Serviços.....	3
1.2. Dados Operacionais.....	4
1.3. Base de Clientes	6
1.4. Empregados e Empregados por Ligação	6
2. Desempenho Financeiro Trimestral.....	7
2.1. Receitas	7
2.2. Custos e Despesas	8
2.3. Outras Receitas (Despesas) Operacionais	10
2.4. Equivalência Patrimonial (Subsidiária COPANOR).....	11
2.5. Resultado Financeiro.....	11
2.6. Tributos sobre o Lucro	12
2.7. Lucro Líquido.....	12
2.8. EBITDA e EBITDA Ajustado	12
3. Desempenho Financeiro Anual.....	13
3.1. Receitas	13
3.2. Custos e Despesas	14
3.3. Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17
3.4. Equivalência Patrimonial (Subsidiária COPANOR).....	17
3.5. Resultado Financeiro.....	18
3.6. Tributos sobre o Lucro	18
3.7. Lucro Líquido.....	19
3.8. EBITDA e EBITDA Ajustado	19
4. Remuneração aos Acionistas.....	20
4.1. Remuneração aos Acionistas - 2021	20
4.2. Remuneração aos Acionistas - 2022	20
5. Endividamento, Waiver e Rating.....	21
5.1. Dívida Bruta e Dívida Líquida	21
5.2. Indexadores e Cupom Médio	21
5.3. Waiver	22
5.4. Rating Corporativo	23
6. Programa de Investimentos e Captação de Recursos.....	24
7. Ambiente Regulatório.....	26
7.1. Revisão Tarifária	26
7.2. Processos Referentes à Devolução de Tarifas	26
7.3. Comprovação da Capacidade Econômico-Financeira pela Arsae - MG	27
8. Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercado e Coronavírus.....	28
8.1. Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024	28
8.2. Medidas de Auxílio às Vítimas Atingidas pelas Chuvas	28
8.3. Coronavírus	28
9. Situação Hídrica.....	29
9.1. Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)	29
9.2. Interior do Estado de Minas Gerais	30
10. Anexos.....	31
10.1. Demonstrativo de Resultado Trimestral.....	31
10.2. Demonstrativo de Resultado Anual.....	32
10.3. Balanço Patrimonial – Ativo	33
10.4. Balanço Patrimonial – Passivo	34
10.5. Fluxo de Caixa Trimestral.....	35
10.6. Fluxo de Caixa Anual.....	36
10.7. Endividamento	37

1. Desempenho Operacional

1.1. Concessões de Prestação de Serviços

Em dezembro de 2021, a COPASA MG (consolidado) possuía 640 concessões para prestação de serviços de água e 310 concessões para prestação de serviços de esgotamento sanitário, conforme quadro a seguir:

Concessões ^{1,2}	31.12.2021			31.12.2020		
	Total	Controladora	Coponor	Total	Controladora	Coponor
Água						
Concessões	640	591	49	640	591	49
Em Operação	631	583	48	630	582	48
Esgoto						
Concessões	310	254	56	310	254	56
Em Operação	266	225	41	265	224	41

(1) Inclui as concessões vencidas com 10 municípios e as concessões com 2 municípios, cujos contratos foram declarados judicialmente nulos.

(2) Considera-se apenas uma concessão/operação por município, independentemente de haver mais de um contrato, nos casos de atendimento de COPASA e COPANOR no mesmo município, ou de se tratar de um contrato que abranja somente distritos e localidades.

As 10 (dez) principais concessões que, em 31.12.2021, em conjunto, representavam cerca de 50% da receita líquida de água e esgoto da Companhia, bem como os respectivos vencimentos, encontram-se elencadas a seguir:

Município	Vencimento
Belo Horizonte	11/2032
Contagem	02/2073
Betim	12/2042
Montes Claros	07/2048
Ribeirão das Neves	05/2034
Divinópolis	06/2041
Ipatinga	02/2022
Santa Luzia	02/2050
Pouso Alegre	08/2046
Varginha	06/2047

Em dezembro de 2021, 83% das receitas de água e esgoto da Companhia eram provenientes de concessões cujos prazos de vencimentos ocorrem após janeiro de 2032. Na mesma data, encontravam-se vencidas concessões referentes a 10 municípios e judicialmente nulos os contratos de 2 (dois) municípios que representam, em conjunto, cerca de 1,7% das receitas de água e esgoto.

Atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais, os serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, tanto nos municípios com concessões vencidas quanto nos municípios em que foi decretada a nulidade contratual.

Sobre a concessão de Belo Horizonte, a Companhia esclarece que o Convênio de Cooperação, assinado em 13 de novembro de 2002, estabeleceu o prazo de 30 anos para a prestação dos serviços, com vencimento previsto em 13.11.2032. Em 30 de abril de 2004, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Convênio, contendo na íntegra, a mesma redação constante no referido Convênio quanto à sua vigência. Essa cláusula no Aditivo gerou, posteriormente, a interpretação de que o vencimento da concessão seria de 30 anos a contar da data do 1º Aditivo. Em avaliação pormenorizada dos contratos da COPASA, a Companhia, numa nova interpretação, entendeu que o vencimento se dará em 13.11.2032, tomando-se como referência a data de formalização do Convênio de Cooperação.

A Companhia avaliou, ainda, as cláusulas referentes à renovação automática de contratos. Em uma nova interpretação, 59 contratos de concessão, até então considerados vencidos, passaram a estar vigentes.

1.2. Dados Operacionais

A seguir, os principais dados operacionais referentes ao encerramento dos respectivos exercícios, bem como o volume trimestral da COPASA MG (Controladora):

Especificação - COPASA (Controladora)	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Água					
Ligações (1.000 unidades)	4.482	4.421	1,4%	4.299	2,8%
Economias (1.000 unidades)	5.418	5.347	1,3%	5.205	2,7%
População Atendida (1.000 habitantes)	11.610	11.584	0,2%	11.396	1,7%
Volume Distribuído (1.000 m ³)	255.580	259.930	-1,7%	250.865	3,6%
Volume Medido (1.000 m ³)	155.900	156.169	-0,2%	152.838	2,2%
Extensão de Rede (km)	60.615	54.638	10,9%	53.673	1,8%
Índice de Hidrometração (%)	99,9	99,8	+0,1p.p.	99,8	-
Índice de Perdas ¹ (%)	40,1	40,5	-0,4p.p.	40,1	+0,4p.p.
Esgoto					
Ligações (1.000 unidades)	3.012	2.942	2,4%	2.873	2,4%
Economias (1.000 unidades)	3.834	3.711	3,3%	3.627	2,3%
População Atendida (1.000 habitantes)	8.342	8.230	1,4%	8.112	1,4%
Volume Medido (1.000 m ³)	107.764	106.033	1,6%	104.499	1,5%
Volume Tratado (1.000 m ³)	86.465	77.214	12,0%	75.327	2,5%
Extensão de Rede (km)	30.804	27.691	11,2%	26.702	3,7%
Água e Esgoto					
Dias de Consumo (trimestre)	91,7	89,4	2,5%	91,0	-1,8%
Dias de Consumo (média mensal)	30,6	29,8	2,5%	30,3	-1,8%

(1) Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo volume distribuído, dos últimos 12 meses.

A seguir, os principais dados operacionais referentes ao encerramento dos respectivos exercícios, bem como o volume trimestral da COPANOR:

Especificação – COPANOR	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Água					
Ligações (1.000 unidades)	110	108	1,9%	102	5,6%
Economias (1.000 unidades)	113	111	1,8%	106	5,4%
População Atendida (1.000 habitantes)	223	220	1,3%	212	3,7%
Volume Distribuído (1.000 m ³)	4.241	3.799	11,6%	4.466	-14,9%
Volume Medido (1.000 m ³)	2.386	2.433	-1,9%	2.428	0,2%
Extensão de Rede (km)	2.701	2.220	21,6%	2.165	2,6%
Esgoto					
Ligações (1.000 unidades)	52	50	3,8%	48	5,7%
Economias (1.000 unidades)	54	52	3,6%	50	5,5%
População Atendida (1.000 habitantes)	105	102	2,9%	98	4,3%
Volume Medido (1.000 m ³)	1.122	1.074	4,5%	1.018	5,5%
Extensão de Rede (km)	1.572	1.498	4,9%	1.464	2,3%

A seguir, os principais dados operacionais referentes ao encerramento dos respectivos exercícios, bem como o volume trimestral consolidado (COPASA MG e COPANOR):

Especificação-CONSOLIDADO (COPASA+COPANOR)	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Água					
Ligações (1.000 unidades)	4.591	4.529	1,4%	4.401	2,9%
Economias (1.000 unidades)	5.532	5.458	1,3%	5.310	2,8%
População Atendida (1.000 habitantes)	11.833	11.804	0,2%	11.608	1,7%
Volume Distribuído (1.000 m³)	259.821	263.729	-1,5%	255.331	3,3%
Volume Medido (1.000 m³)	158.286	158.601	-0,2%	155.266	2,1%
Extensão de Rede (km)	63.316	56.859	11,4%	55.837	1,8%
Esgoto					
Ligações (1.000 unidades)	3.064	2.992	2,4%	2.921	2,4%
Economias (1.000 unidades)	3.888	3.764	3,3%	3.676	2,4%
População Atendida (1.000 habitantes)	8.447	8.332	1,4%	8.211	1,5%
Volume Medido (1.000 m³)	108.886	107.107	1,7%	105.518	1,5%
Extensão de Rede (km)	32.376	29.189	10,9%	28.166	3,6%

A seguir, são apresentados os volumes referentes aos exercícios completos de 2021, 2020 e 2019:

Volume Distribuído e Medido	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
COPASA					
Água					
Volume Distribuído (1.000 m³)	1.041.473	1.019.232	2,2%	1.000.790	1,8%
Volume Medido (1.000 m³)	618.952	601.966	2,8%	594.864	1,2%
Esgoto					
Volume Medido (1.000 m³)	424.307	410.288	3,4%	406.337	1,0%
Volume Tratado (1.000 m³)	339.981	314.169	8,2%	303.350	3,6%
COPANOR					
Água					
Volume Distribuído (1.000 m³)	14.662	15.472	-4,6%	16.127	-4,1%
Volume Medido (1.000 m³)	9.757	9.151	6,6%	9.377	-2,4%
Esgoto					
Volume Medido (1.000 m³)	4.506	4.038	11,6%	3.885	3,9%
COPASA + COPANOR					
Água					
Volume Distribuído (1.000 m³)	1.056.135	1.034.704	2,1%	1.016.917	1,8%
Volume Medido (1.000 m³)	628.709	611.118	2,9%	604.241	1,1%
Esgoto					
Volume Medido (1.000 m³)	428.813	414.326	3,5%	410.222	1,0%

1.3. Base de Clientes

As informações trimestrais sobre a base de clientes, o volume medido e o faturamento por categoria de consumidor (Residencial, Residencial Social, Comercial, Industrial e Pública) encontram-se destacadas no quadro a seguir:

Dados Consolidados (COPASA MG + COPANOR)	Economias por Categoria (%)			Volume Medido por Categoria (%)			Faturamento por Categoria (%)		
	4T21	4T20	4T19	4T21	4T20	4T19	4T21	4T20	4T19
Água e Esgoto (Média Trimestral)									
Residencial	77,3%	78,1%	79,2%	73,4%	75,3%	74,2%	68,5%	71,7%	68,7%
Residencial Social	12,2%	11,3%	10,3%	12,5%	11,6%	10,1%	6,2%	5,3%	4,4%
Comercial	8,6%	8,6%	8,6%	8,0%	7,5%	8,6%	13,8%	12,9%	14,4%
Industrial	0,6%	0,7%	0,6%	2,1%	2,0%	2,1%	4,1%	3,8%	3,8%
Pública	1,3%	1,3%	1,3%	4,1%	3,6%	5,0%	7,4%	6,3%	8,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

1.4. Empregados e Empregados por Ligação

Em 17.06.2021 o Conselho de Administração da COPASA MG aprovou o Regulamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI da COPASA MG. Empregados aposentados pelo INSS por tempo de contribuição, idade ou aposentadoria especial, cuja aposentadoria tenha sido concedida até 13.11.2019, data anterior ao início de vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019, puderam aderir ao Programa durante o mês de agosto de 2021.

No total, 1.098 empregados da Companhia fizeram adesão ao PDVI. As dispensas se iniciaram em outubro de 2021 e foram programadas para finalizar em março de 2022, ocorrendo aproximadamente 200 desligamentos por mês.

Os gastos com indenizações e incentivos foram estimados em R\$152,2 milhões, cuja provisão foi integralmente contabilizada no terceiro trimestre de 2021. O *payback* estimado é de 11 meses, permitindo uma economia mensal de aproximadamente R\$14 milhões nos gastos com pessoal da Companhia, considerando o desligamento da totalidade dos empregados que aderiram ao Programa.

Adicionalmente, a Companhia vem realizando desligamentos de empregados aposentados após a data de início da vigência da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Com isso, o número de empregados, no âmbito da Controladora, reduziu 6,2% em relação ao observado em dezembro de 2020, chegando a 10.692 empregados em dezembro de 2021, conforme quadro abaixo:

Empregados e Empregados por Ligação	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
COPASA					
Empregados	10.692	11.393	-6,2%	11.525	-1,1%
Empregados/Ligações ¹	1,42	1,55	-8,4%	1,61	-3,7%
COPANOR					
Empregados	471	466	1,1%	468	-0,4%
Empregados/Ligações ¹	2,87	2,95	-2,7%	3,12	-5,7%
COPASA + COPANOR					
Empregados	11.163	11.859	-5,9%	11.993	-1,1%
Empregados/Ligações ¹	1,45	1,58	-8,1%	1,64	-3,7%

(1) Número de empregados / 1.000 ligações de água e esgoto.

2. Desempenho Financeiro Trimestral

2.1. Receitas

A seguir, quadro com a receita bruta, as deduções (PIS/COFINS) e a receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos nos períodos comparativos:

Receita Bruta, Deduções e Receita Líquida	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Receita Bruta – Água	940.589	943.161	-0,3%	907.069	4,0%
Receita Bruta – Esgoto	479.289	538.032	-10,9%	516.202	4,2%
Receita Bruta – Resíduos Sólidos	633	618	2,4%	532	16,2%
Receita Bruta - Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	1.420.511	1.481.811	-4,1%	1.423.803	4,1%
PIS/COFINS	(131.474)	(137.126)	-4,1%	(131.778)	4,1%
Receita Líquida - Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	1.289.037	1.344.685	-4,1%	1.292.025	4,1%

A receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos de 4T21 totalizou R\$1,29 bilhão, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Receita Líquida Direta - Água	833.365	836.875	-0,4%	800.630	4,5%
Receita Líquida Direta - Esgoto	433.378	482.717	-10,2%	464.839	3,8%
Receita Líquida Direta - Água e Esgoto	1.266.743	1.319.592	-4,0%	1.265.469	4,3%
Receita Líquida Indireta - Água	20.170	19.008	6,1%	22.482	-15,5%
Receita Líquida Indireta - Esgoto	1.569	5.543	-71,7%	3.608	53,6%
Receita Líquida Indireta - Água e Esgoto	21.739	24.551	-11,5%	26.090	-5,9%
Receita Líquida - Resíduos Sólidos	555	542	2,4%	466	16,3%
Receita Líquida - Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	1.289.037	1.344.685	-4,1%	1.292.025	4,1%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a receita líquida de água e esgoto nos períodos comparativos:

- aplicação de novas tarifas pela Companhia, conforme autorização da Arsae-MG, sendo de 3,04%, a partir de novembro de 2020, em função do reajuste tarifário daquele ano; e de -1,52%, a partir de agosto de 2021, decorrente do resultado da 2ª Revisão Tarifária da COPASA MG;
- crescimento no número de economias (unidades consumidoras) de água em 1,3% e de esgoto em 3,3%, no âmbito da Controladora;
- queda de 1,6% no volume medido por economia de água e de 1,4% no volume medido por economia de esgoto; e
- conforme informado no Release de Resultados do 3T21, a Companhia provisionou, naquele trimestre, o valor integral das devoluções de tarifas determinadas pela Arsae. O valor de R\$31,2 milhões devolvidos a clientes no 4T21, parte integrante do valor provisionado no 3T21 (R\$126,8 milhões), foi faturado reduzindo as receitas, sendo ajustado mediante a reversão do mesmo montante em Outras Despesas Operacionais, o que gerou um efeito nulo no resultado final.

A seguir, é apresentado quadro com o faturamento direto de água e esgoto dos períodos comparativos, cujo desmembramento do faturamento por categoria de consumidor consta no item 1.3 deste Release:

Faturamento	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Faturamento - Água	947.006	904.427	4,7%	890.313	1,6%
Faturamento - Esgoto	502.047	530.344	-5,3%	522.659	1,5%
Faturamento - Total	1.449.053	1.434.771	1,0%	1.412.972	1,5%

2.2. Custos e Despesas

A seguir, quadro com os custos e despesas trimestrais:

Custos e Despesas	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Custos Administráveis	677.561	646.908	4,7%	601.722	7,5%
Pessoal	375.417	363.830	3,2%	361.371	0,7%
Serviços de Terceiros	133.312	108.466	22,9%	115.603	-6,2%
PPP do Rio Manso	23.066	18.070	27,6%	17.753	1,8%
Material	20.573	18.019	14,2%	16.301	10,5%
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	59.866	88.781	-32,6%	44.852	97,9%
Repasse Tarifário a Municípios	47.970	34.522	39,0%	32.161	7,3%
Custos Operacionais Diversos	17.357	15.220	14,0%	13.681	11,2%
Custos não Administráveis	183.578	141.980	29,3%	142.151	-0,1%
Energia Elétrica	159.157	123.315	29,1%	123.943	-0,5%
Telecomunicações	3.917	2.981	31,4%	3.659	-18,5%
Material de Tratamento	25.333	22.807	11,1%	19.838	15,0%
Combustíveis e Lubrificantes	10.400	6.892	50,9%	7.219	-4,5%
Créditos Tributários	(15.229)	(14.015)	8,7%	(12.508)	12,0%
Custos de Capital	234.300	164.342	42,6%	153.929	6,8%
Depreciações e Amortizações	234.300	164.342	42,6%	153.929	6,8%
Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	6.976	5.634	23,8%	658	n.m
Total dos Custos e Despesas	1.102.415	958.864	15,0%	898.460	6,7%
Total dos Custos e Despesas (sem Depreciações e Amortizações)	868.115	794.522	9,3%	744.531	6,7%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas (excluindo-se os custos de construção) que apresentaram variações mais significativas:

2.2.1. Custos Administráveis

2.2.1.1. Pessoal

Os gastos com pessoal apresentaram elevação de 3,2% em relação ao mesmo período de 2020. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- provisões realizadas para o Acordo Coletivo de Trabalho, conforme detalhado no item 3.2.1.1 deste Release;
- aumento de R\$5,8 milhões nos gastos com programa de saúde, sendo que em 2020 houve menor utilização dos serviços médicos; e

- redução no valor referente às provisões para a participação dos empregados nos lucros, sendo que no 4T21 o valor foi de R\$ 3,4 milhões e no 4T20 foi de R\$17,4 milhões.

2.2.1.2. Serviços de Terceiros

Essa conta apresentou elevação de R\$24,8 milhões. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- gastos de R\$6,1 milhões, referentes à contratação de consultoria tributária, via contrato de performance;
- aumento de R\$3,7 milhões nos gastos com informática, em função de novas contratação de serviços dessa natureza, bem como de aplicação de reajustes previstos contratualmente;
- elevação de R\$8,6 milhões com serviços técnicos profissionais, em função, principalmente, dos gastos incorridos com o banco coordenador das debêntures (16ª Emissão); e
- elevação de gastos com serviços diversos em função de reajustes contratuais e formalização de novos contratos.

2.2.1.3. Materiais

Esse item apresentou aumento de 14,2%, em função, principalmente, de incremento nos gastos com materiais de conservação e manutenção de bens e sistemas, bem como peças, acessórios e componentes para veículos.

2.2.1.4. Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber

Comparando-se o 4T21 com o 4T20, a queda observada deveu-se à redução na inadimplência. Vale ressaltar que no 4T20 o valor foi impactado em decorrência do aprimoramento da metodologia de reconhecimento contábil dessa provisão.

A seguir, quadro com a Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber líquida, obtida por meio da diferença entre a perda e a recuperação de contas baixadas (contabilizada em Outras Receitas Operacionais):

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	59.866	88.781	-32,6%	44.852	97,9%
Recuperação de Contas Baixadas	15.847	18.518	-14,4%	9.138	102,6%
Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida	44.019	70.263	-37,4%	35.714	96,7%

2.2.1.5. Repasse Tarifário a Municípios

O aumento de 39% neste item, comparando-se os valores do 4T21 com os valores registrados no 4T20, ocorreu em função do repasse para fundos municipais de saneamento, conforme detalhado no item 3.2.1.6 deste Release.

2.2.1.6. Custos Operacionais Diversos

Os custos diversos apresentaram aumento de 14,0% em função da elevação das despesas de exposições, congressos, campanhas e correlatos, bem como de conduções, viagens e estadias.

2.2.2. Custos não Administráveis

2.2.2.1. Energia Elétrica

O aumento de 29,1%, comparando-se o 4T21 com o 4T20, se deu em função, principalmente, do incremento nos gastos com bandeiras tarifárias e do crescimento no custo médio da energia, em função da redução no subsídio.

2.2.2.2. Telecomunicações

A elevação observada se deu como consequência, principalmente, da ampliação da cobertura de telefonia celular ocorrida em novembro de 2020, visando à integração de várias localidades operadas pela Companhia.

2.2.2.3. Combustíveis e Lubrificantes

A elevação deveu-se, principalmente, ao aumento dos preços dos combustíveis.

2.2.3. Custos de Capital

2.2.3.1. Depreciações e Amortizações

A elevação em 42,6% no item depreciações e amortizações, comparando-se o 4T21 com o 4T20, se deu em função, principalmente, do maior volume de incorporação de obras em Cataguases, Tiradentes, Contagem (esgoto), Nova Serrana (água) e Belo Horizonte (obras relacionadas ao convênio com o Drenurbes - recomposição de Fundo de vales).

2.3. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A seguir, quadro com as outras receitas e despesas operacionais nos períodos comparativos:

Outras Receitas (Despesas) Operacionais	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Outras Receitas Operacionais	87.485	50.989	71,6%	27.383	86,2%
Receita de Serviços Técnicos	72	14	n.m.	20	-30,0%
Reversão de Provisão não Dedutível	11.696	29.594	-60,5%	13.860	113,5%
Recuperação de Contas Baixadas	15.847	18.518	-14,4%	9.138	102,6%
Outras Receitas	59.870	2.863	n.m.	4.365	-34,4%
Outras Despesas Operacionais	(159.439)	(57.276)	178,4%	(60.501)	-5,3%
Pagamento e Provisão não Dedutível	(152.377)	(27.330)	n.m.	(34.409)	-20,6%
Perdas Eventuais ou Extraordinárias	23.066	(2.620)	n.m.	(2.788)	-6,0%
Taxa de Fiscalização sobre Serviços	(10.737)	(9.852)	9,0%	(9.387)	5,0%
Outras Despesas	(19.392)	(17.474)	11,0%	(13.917)	25,6%
Total	(71.954)	(6.287)	n.m.	(33.118)	n.m.

2.3.1. Outras Receitas Operacionais

As Outras Receitas Operacionais apresentaram elevação de 71,6%, cuja variação se deu, principalmente, em função da inclusão da receita de recuperação de créditos de PIS/COFINS, no montante de R\$52,6 milhões em 2021.

2.3.2. Outras Despesas Operacionais

As Outras Despesas Operacionais apresentaram elevação de R\$102,2 milhões no 4T21, comparativamente ao 4T20, ocasionada, principalmente, como decorrência do complemento de R\$217,4 milhões na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024 (vide item 8.1 deste Relatório), dos quais R\$110,3 milhões foram contabilizados como Outras Despesas Operacionais e R\$107,2 milhões como Despesas Financeiras.

2.4. Equivalência Patrimonial (Subsidiária COPANOR)

A seguir, DRE Sintético da COPANOR referente aos períodos comparativos:

Demonstrativo Sintético da Copanor	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	10.997	10.001	10,0%	9.368	6,8%
Receita de Construção	13.372	5.304	152,1%	6.698	n.m.
Outras Receitas Operacionais	141	5.375	-97,4%	127	n.m.
Custos e Despesas Operacionais	(14.829)	(13.217)	12,2%	(12.170)	8,6%
Custos de Construção	(13.372)	(5.304)	n.m.	(6.698)	n.m.
Outras Despesas Operacionais	(1.481)	(188)	n.m.	(888)	-78,8%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	924	270	n.m.	190	42,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(4.248)	2.241	n.m.	(3.373)	n.m.

2.5. Resultado Financeiro

A seguir, quadro com as receitas e despesas financeiras nos períodos comparativos:

Receitas (Despesas) Financeiras	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Receitas Financeiras	156.232	17.184	n.m	35.108	-51,1%
Variações Monetárias	6.786	1.829	n.m	1.310	39,6%
Variações Cambiais	8.007	(10.996)	-172,8%	2.578	n.m
Juros	11.389	11.029	3,3%	10.261	7,5%
Ganho Real em Aplicações Financeiras	25.905	4.936	n.m	6.942	-28,9%
Capitalização de Ativos Financeiros/Outros	104.145	10.386	n.m	14.017	-25,9%
Despesas Financeiras	(215.949)	(42.580)	n.m.	(57.525)	-26,0%
Variações Monetárias	(46.256)	(23.957)	93,1%	(10.306)	132,5%
Variações Cambiais	(8.727)	21.522	n.m.	(1.549)	n.m
Juros sobre Financiamentos	(160.931)	(39.990)	n.m.	(45.645)	-12,4%
Diversas	(35)	(155)	-77,4%	(25)	n.m
Resultado Financeiro	(59.717)	(25.396)	135,1%	(22.417)	13,3%

2.5.1. Receitas Financeiras

O aumento de R\$139,0 milhões ocorreu, principalmente, em função de:

- dividendos e JCP recebidos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A, cujo montante totalizou, no 4T21, R\$42,3 milhões (R\$1,6 milhões no 4T20); e
- elevação dos valores de ativos financeiros referentes à concessão de Belo Horizonte, considerando o recálculo decorrente da alteração na data de vencimento da referida concessão.

2.5.2. Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram aumento de R\$173,4 milhões em decorrência, principalmente, do complemento de R\$217,4 milhões na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024 (vide item 8.1 deste Relatório), dos quais R\$107,2 milhões foram contabilizados como Despesas Financeiras e R\$110,3 milhões como Outras Despesas Operacionais.

2.6. Tributos sobre o Lucro

Tributos sobre o Lucro	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Imposto de Renda e CSLL	(13.599)	87.625	-115,5%	79.370	10,4%

A redução observada nos tributos sobre os lucros é decorrente, principalmente, da contração de 85,8% no resultado antes dos tributos sobre o lucro, comparando-se o 4T21 com o 4T20 (vide quadro no item 2.7).

Adicionalmente, a Companhia obteve benefício fiscal de R\$11,7 milhões, cujo valor foi contabilizado no 4T21, referente ao incentivo fiscal Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Considerando que a Companhia está presente em 118 municípios inseridos em área de atuação da Sudene e respaldada por lei que prevê o incentivo de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis para as pessoas jurídicas que possuam projetos em setores prioritários da economia para o desenvolvimento daquela região, a COPASA MG pleiteou e obteve aprovação da Sudene para reconhecimento do referido incentivo.

Esse incentivo foi concedido pelo prazo de 10 anos, com fruição iniciando em janeiro de 2021 e término em dezembro de 2030, e encontra-se em análise pela Receita Federal.

2.7. Lucro Líquido

A seguir, quadro do lucro líquido nos períodos comparativos:

Lucro Líquido e Lucro por Ação	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	110.420	381.775	-71,1%	357.074	6,9%
Resultado Financeiro Líquido	(59.717)	(25.396)	135,1%	(22.417)	13,3%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	50.703	356.379	-85,8%	334.657	6,5%
Tributos sobre o Lucro	13.599	(87.625)	-115,5%	(79.370)	10,4%
Lucro Líquido	64.302	268.754	-76,1%	255.287	5,3%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	0,17	0,71	-93,2%	0,67	24,4%

(1) Os valores do lucro líquido por ação de 2019 foram ajustados considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações. Dessa forma, os valores anteriores a data da operação, foram divididos por três.

2.8. EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela COPASA MG, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo, conforme quadro a seguir, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações/amortizações e desses mesmos itens da subsidiária COPANOR.

A seguir, quadro com a conciliação do Lucro Líquido ao EBITDA e ao EBITDA Ajustado nos períodos comparativos:

EBITDA	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
Lucro Líquido do Período	64.302	268.754	-76,1%	255.287	5,3%
(+) Tributos sobre o Lucro	(13.599)	87.625	-115,5%	79.370	10,4%
(+) Resultado Financeiro	59.717	25.396	135,1%	22.417	13,3%
(+) Depreciações e Amortizações	234.300	164.342	42,6%	153.929	6,8%
(+) Resultado não Operacional - Subsidiária	1.033	1.273	-18,9%	504	152,6%
(=) EBITDA	345.753	547.390	-36,8%	511.507	7,0%
Margem EBITDA	24,9%	38,8%	-13,9p.p.	38,5%	+0,3p.p.
Ajustes - Item Não Recorrente					
(+) Provisão Incremental para o Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024	110.324		-		-
(=) EBITDA Ajustado	456.077	547.390	-16,7%	511.507	7,0%
Margem EBITDA Ajustado	32,9%	38,8%	-5,9p.p.	38,5%	+0,3p.p.

3. Desempenho Financeiro Anual

3.1. Receitas

A receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos totalizou R\$5,18 bilhões em 2021, 3,3% superior ao exercício anterior, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Receita Líquida Direta - Água	3.276.054	3.119.029	5,0%	2.906.490	7,3%
Receita Líquida Direta - Esgoto	1.815.534	1.806.362	0,5%	1.674.614	7,9%
Receita Líquida Direta - Água e Esgoto	5.091.588	4.925.391	3,4%	4.581.104	7,5%
Receita Líquida Indireta - Água	79.171	74.715	6,0%	88.546	-15,6%
Receita Líquida Indireta - Esgoto	8.762	12.881	-32,0%	13.571	-5,1%
Receita Líquida Indireta - Água e Esgoto	87.933	87.596	0,4%	102.117	-14,2%
Receita Líquida - Resíduos Sólidos	2.265	2.090	8,4%	2.062	1,4%
Receita Líquida - Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	5.181.786	5.015.077	3,3%	4.685.283	7,0%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos nos períodos comparativos:

- aplicação de novas tarifas pela Companhia, conforme autorização da Arsae-MG, sendo de +3,04%, a partir de novembro de 2020, em função do reajuste tarifário daquele ano; e de -1,52%, a partir de agosto de 2021, decorrente do resultado da 2ª Revisão Tarifária da COPASA MG;
- crescimento no número de economias (unidades consumidoras) de água em 1,3% e de esgoto em 3,3%, no âmbito da Controladora; e
- aumento de 0,6% no volume medido por economia de água e de 0,3% no volume medido por economia de esgoto.

3.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas totalizaram R\$4,1 bilhões, contra R\$3,7 bilhões no ano de 2020, representando um incremento de 11,0%. Excluindo-se os gastos com o PDVI e com as Depreciações e Amortizações, o aumento foi de 5,0%. O quadro a seguir mostra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Custos e Despesas	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Custos Administráveis	2.710.965	2.501.764	8,4%	2.293.452	9,1%
Pessoal ¹	1.492.208	1.413.472	5,6%	1.381.495	2,3%
Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	152.171	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	474.963	413.953	14,7%	442.774	-6,5%
PPP do Rio Manso	86.058	77.792	10,6%	75.693	2,8%
Material	70.859	58.860	20,4%	56.695	3,8%
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	221.416	369.880	-40,1%	189.655	95,0%
Repasse Tarifário a Municípios	171.917	133.432	28,8%	105.803	26,1%
Custos Operacionais Diversos	41.373	34.375	20,4%	41.337	-16,8%
Custos não Administráveis	635.846	530.516	19,9%	499.160	6,3%
Energia Elétrica	560.364	452.287	23,9%	476.198	-5,0%
Telecomunicações	13.308	12.037	10,6%	13.349	-9,8%
Material de Tratamento	87.716	94.487	-7,2%	77.579	21,8%
Combustíveis e Lubrificantes	31.942	25.089	27,3%	26.343	-4,8%
Créditos Tributários	(57.484)	(53.384)	7,7%	(94.309)	-43,4%
Custos de Capital	741.456	641.791	15,5%	600.613	6,9%
Depreciações e Amortizações	741.456	641.791	15,5%	600.613	6,9%
Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	12.546	21.252	-41,0%	9.853	115,7%
Total dos Custos e Despesas	4.100.813	3.695.323	11,0%	3.403.078	8,6%
Total dos Custos e Despesas (Excluindo PDVI)	3.948.642	3.695.323	6,9%	3.403.078	8,6%
Total dos Custos e Despesas (Excluindo PDVI, Depreciações e Amortizações)	3.207.186	3.053.532	5,0%	2.802.465	9,0%

(1) Não considera os gastos com o PDVI. Considera a Participação dos Empregados nos Lucros, sendo R\$33.295 mil em 2021, R\$52.025 mil em 2020 e R\$47.899 mil em 2019.

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas (excluindo-se os custos de construção) que apresentaram variações mais significativas:

3.2.1. Custos Administráveis

3.2.1.1. Pessoal (Excluindo PDVI)

Os gastos com pessoal apresentaram, em 2021, elevação de 5,6% em relação ao ano de 2020. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- provisões realizadas para o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT de 2019 a 2021 (data base: maio), cujo índice de referência é o INPC, sendo que o seu cálculo tomava como base as propostas em discussão e as expectativas da Companhia. Em fevereiro de 2022 foram concluídas as negociações com os Sindicatos referentes ao ACT, tendo sido acordado, ainda, a alteração da data base de maio para novembro, gerando, além dos valores já provisionados, a correção dos salários e dos vales alimentação e refeição, a partir de 01.11.2021, no percentual de 5,00%, contabilizados no 1º (primeiro) trimestre de 2022;
- aumento de R\$22,2 milhões nos gastos com programa de saúde, sendo que em 2020 houve menor utilização dos serviços médicos; e

- redução no valor das provisões para a participação dos empregados nos lucros, que em 2021 totalizou R\$33,0 milhões (R\$52,0 milhões no 2020), em função da diminuição no lucro registrado em 2021, comparativamente ao ano anterior.

Vale mencionar ainda que a Companhia implementou em 2021, o PDVI, cujo detalhamento encontra-se no item 1.4 deste Relatório.

3.2.1.2. Serviços de Terceiros

Essa conta apresentou aumento de 14,7%, comparando-se 2021 com 2020. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- aumento de R\$16,1 milhões nos gastos com informática, em função de novas contratação de serviços dessa natureza, bem como de aplicação de reajustes previstos contratualmente;
- elevação de R\$8,6 milhões com serviços técnicos profissionais, em função, principalmente, dos gastos incorridos com o banco coordenador das debêntures (16ª Emissão), com a consultoria contratada para apoio no processo da 2ª Revisão Tarifária, bem como com a consultoria para apoio em assuntos contábeis e tributários;
- elevação de R\$3,7 milhão com gastos referentes a cortes, suspensão e religação de água; e
- elevação de gastos com serviços diversos em função de reajustes contratuais e formalização de novos contratos.

3.2.1.3. PPP do Rio Manso

Esse item apresentou aumento de 10,6%, em função, principalmente, de incremento nos gastos com energia elétrica, bem como atualização monetária pelo IPCA ocorrido em abril/2021.

3.2.1.4. Materiais

Esse item apresentou elevação de 20,4%, em função, principalmente, de incremento nos gastos com materiais de conservação e manutenção de bens e sistemas, em decorrência de aumento no consumo e atualização monetária dos contratos vigentes, bem como nos gastos com peças, acessórios e componentes para veículos.

3.2.1.5. Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber

Comparando-se o ano de 2021 com o ano de 2020, esse item apresentou queda de 40,1%. Vale mencionar que em 2020 houve um acréscimo pontual nos valores dessas provisões, em função de aprimoramento, em junho de 2020, da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para a linha contas a receber de clientes, a partir de estudos realizados, visando a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

Contribuiu, ainda, a redução na inadimplência (relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses) que passou de 4,52% em dezembro de 2020 para 3,50% em dezembro de 2021.

A seguir, quadro com a Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber líquida, obtida por meio da diferença entre a perda e a recuperação de contas baixadas (contabilizada em Outras Receitas Operacionais):

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida	2021	2020	2021	2020	2020
			X	X	X
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	221.416	369.880	-40,1%	189.655	95,0%
Recuperação de Contas Baixadas	64.628	53.010	21,9%	56.775	-6,6%
Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida	156.788	316.870	-50,5%	132.880	138,5%

3.2.1.6. Repasse Tarifário a Municípios

O aumento de 28,8% neste item, comparando-se os valores registrados em 2021 com os valores registrados de 2020, ocorreu em consequência do repasse para novos fundos municipais de saneamento, cujos valores são reconhecidos no cálculo da tarifa pela Agência Reguladora, conforme detalhado a seguir:

- **Reajuste Tarifário (01.11.2020):** no âmbito desse reajuste foram incluídos 74 novos fundos municipais de saneamento com direito a esses repasses. Com isso, naquele momento, o número de municípios habilitados ao recebimento desses repasses passou para 134; e
- **Revisão Tarifária (01.08.2021):** no âmbito dessa revisão foram incluídos, 85 novos fundos municipais de saneamento com direito a esses repasses. Com isso, no período de agosto de 2021 a julho de 2022, o número de municípios habilitados ao recebimento desse repasse passou para 219. Vale ressaltar que o repasse previsto para o referido período é de R\$147,1 milhões, que são reconhecidos na tarifa conforme [Nota Técnica CRE 14/2021](#) da Arsae-MG.

3.2.2. Custos não Administráveis

3.2.2.1. Energia Elétrica

O aumento de 23,9%, comparando-se os gastos observados no ano de 2021 com os do ano anterior, se deu em função, principalmente, do incremento nos gastos com bandeiras tarifárias e do crescimento no custo médio da energia em função da redução no subsídio.

3.2.2.2. Telecomunicações

A elevação observada neste item reflete, principalmente, a ampliação da cobertura de telefonia celular ocorrida em novembro de 2020, visando à integração de várias localidades operadas pela Companhia.

3.2.2.3. Combustíveis e Lubrificantes

A elevação observada neste item é decorrência, principalmente, do aumento dos preços dos combustíveis em 2021.

3.2.2.4. Créditos Tributários

A elevação nos créditos tributários, comparando-se 2021 com 2020, deveu-se, principalmente, ao acréscimo das despesas de depreciação consideradas como base de cálculo para a incidência dos referidos créditos.

3.2.3. Custos de Capital

3.2.3.1. Depreciações e Amortizações

A elevação em 15,5% no item depreciações e amortizações, comparando-se 2021 com o ano de 2020, ocorreu em função do maior volume de incorporação de obras, em especial de esgotamento sanitário.

3.3. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A seguir, quadro com os valores das Outras Receitas (Despesas) Operacionais nos períodos comparativos:

Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Outras Receitas Operacionais	177.380	171.341	3,5%	107.937	58,7%
Receita de Serviços Técnicos	145	(63)	n.m.	130	-148,5%
Reversão de Provisão não Dedutível	33.650	103.076	-67,4%	32.659	n.m.
Recuperação de Contas Baixadas	64.628	53.010	21,9%	56.775	-6,6%
Outras Receitas	78.957	15.318	n.m.	18.373	-16,6%
Outras Despesas Operacionais	(396.631)	(197.260)	101,1%	(221.171)	-10,8%
Pagamento e Provisão não Dedutível	(225.535)	(92.368)	144,2%	(128.079)	-27,9%
Perdas Eventuais ou Extraordinárias	(68.333)	(14.352)	n.m.	(12.314)	16,6%
Taxa de Fiscalização sobre Serviços	(42.949)	(39.408)	9,0%	(37.548)	5,0%
Outras Despesas	(59.814)	(51.132)	17,0%	(43.230)	18,3%
Total	(219.251)	(25.919)	n.m.	(113.234)	n.m.

As Outras Receitas Operacionais ficaram em linha nos períodos comparativos.

A elevação observada nas Outras Despesas Operacionais ocorreu, basicamente, em função de:

- provisionamento das devoluções determinadas pela Arsae-MG, no âmbito dos Processos Administrativos nºs 05/2019 e 28/2021. O valor total dos provisionamentos, referentes a esses processos, totalizou R\$126,8 milhões, dos quais R\$82,6 milhões foram contabilizados em Outras Despesas Operacionais e R\$44,2 milhões em Despesas Financeiras (juros e correção monetária), conforme detalhado no item 1.2.2. Devolução de Tarifas - Arsae-MG, do [Release de Resultados do 3T21](#); e
- complemento, em dezembro de 2021, de R\$217,4 milhões na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, dos quais R\$110,3 milhões foram contabilizados como Outras Despesas Operacionais e R\$107,2 milhões foram contabilizados como Despesas Financeiras, sendo que o detalhamento sobre o processo encontra-se no item 8.1 deste Relatório.

3.4. Equivalência Patrimonial (Subsidiária COPANOR)

A seguir, DRE Sintético da COPANOR referente aos 3 (três) últimos exercícios:

Demonstrativo Sintético da COPANOR	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	41.381	35.849	15,4%	32.738	9,5%
Receita de Construção	23.134	18.546	24,7%	31.124	-40,4%
Outras Receitas Operacionais	1.805	6.492	-72,2%	3.165	105,1%
Custos e Despesas Operacionais	(55.061)	(49.239)	11,8%	(47.406)	3,9%
Custos de Construção	(23.134)	(18.546)	24,7%	(31.124)	-40,4%
Outras Despesas Operacionais	(3.091)	(1.387)	122,9%	(2.080)	-33,3%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	2.275	898	153,3%	811	10,7%
Impairment	-	(5.200)	n.m.	-	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(12.691)	(12.587)	0,8%	(12.772)	-1,4%

3.5. Resultado Financeiro

A seguir, quadro com o resultado financeiro:

Receitas (Despesas) Financeiras	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Receitas Financeiras	285.168	145.962	95,4%	115.547	26,3%
Variações Monetárias	9.835	4.298	128,8%	6.991	-38,5%
Variações Cambiais	32.581	26.394	23,4%	9.271	184,7%
Juros	46.507	43.270	7,5%	34.329	26,0%
Ganho Real em Aplicações Financeiras	47.839	23.212	106,1%	25.485	-8,9%
Capitalização de Ativos Financeiros/Outros	148.406	48.788	n.m.	39.471	23,6%
Despesas Financeiras	(479.749)	(321.935)	49,0%	(249.442)	29,1%
Variações Monetárias	(142.137)	(57.151)	148,7%	(48.909)	16,9%
Variações Cambiais	(30.193)	(108.356)	n.m.	(13.527)	n.m.
Juros sobre Financiamentos	(306.599)	(156.084)	96,4%	(186.547)	-16,3%
Diversas	(820)	(344)	138,4%	(459)	-25,1%
Resultado Financeiro	(194.582)	(175.973)	10,6%	(133.895)	31,4%

3.5.1. Receitas Financeiras

As receitas financeiras apresentaram aumento de 95,4%, comparando-se o ano de 2021 com o anterior, em função de:

- incremento nos ganhos com aplicações financeiras, decorrentes de maior caixa disponível para aplicação, associado à elevação da taxa básica de juros brasileira;
- dividendos e JCP recebidos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A, cujo montante em 2021 foi de R\$52,6 milhões (R\$14,1 milhões em 2020); e
- elevação dos valores de ativos financeiros referentes à concessão de Belo Horizonte, considerando o recálculo decorrente da alteração na data de vencimento da referida concessão.

3.5.2. Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram aumento de 49,0%, comparando-se o ano de 2021 com o anterior. A seguir, os itens que apresentaram elevação mais significativa:

- incremento nas variações monetárias e nos juros sobre financiamentos em decorrência de novas captações, bem como elevação da taxa básica de juros brasileira;
- complemento, em dezembro de 2021, de R\$217,4 milhões na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, dos quais R\$107,2 milhões foram contabilizados como Despesas Financeiras e R\$110,3 milhões foram contabilizados como Outras Despesas Operacionais, sendo que o detalhamento sobre o processo encontra-se no item 8.1 deste Relatório; e
- redução nas variações cambiais, sendo que no ano de 2020 houve significativa valorização do dólar e do euro frente ao real. Adicionalmente, houve queda nos valores da dívida em moeda estrangeira.

3.6. Tributos sobre o Lucro

A seguir, quadro com os tributos sobre os lucros:

Tributos sobre o Lucro	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Imposto de Renda e CSLL	116.862	288.798	-59,5%	267.930	7,8%

A redução observada nos tributos sobre os lucros é decorrente, principalmente, da contração de 59,5% no resultado antes dos tributos sobre o lucro, comparando-se o ano 2021 com 2020 (vide quadro no item 3.8), além da obtenção do incentivo fiscal Sudene, conforme detalhado no item 2.6 deste Relatório.

3.7. Lucro Líquido

A seguir, quadro com o Lucro Líquido dos períodos comparativos.

Lucro Líquido e Lucro por Ação	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	849.031	1.281.248	-33,7%	1.156.199	10,8%
Resultado Financeiro Líquido	(194.582)	(175.973)	10,6%	(133.895)	31,4%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	654.449	1.105.275	-40,8%	1.022.304	8,1%
Tributos sobre o Lucro	(116.862)	(288.798)	-59,5%	(267.930)	7,8%
Lucro Líquido	537.587	816.477	-34,2%	754.374	8,2%
Ações em Circulação no Fim do Período (milhares)	379.181	379.181	n.m	379.181	-
Lucro Líquido por Ação (R\$)¹	1,42	2,15	-34,2%	1,99	8,2%

(1) Os valores do lucro líquido por ação de 2019 foram ajustados considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações. Dessa forma, os valores anteriores a data da operação, foram divididos por 3 (três).

3.8. EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela COPASA MG, calculada de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012, consistindo, conforme quadro abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

O EBITDA atingiu R\$1,6 bilhão no ano de 2021. O EBITDA ajustado, que desconsidera os itens extraordinários e não recorrentes – Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (vide item 1.4 deste Release); Devolução de Tarifas – Arsae-MG (vide item 7.1.2 deste Release); e incremento da Provisão para o Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024 (vide item 8.1 deste Release) – atingiu R\$1,94 bilhão (0,7% superior ao registrado no ano anterior). A Margem EBITDA ajustada atingiu 35,9% em 2021 (36,8% em 2020).

EBITDA	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Lucro Líquido do Período	537.587	816.477	-34,2%	754.374	8,2%
(+) Tributos sobre o Lucro	116.862	288.798	-59,5%	267.930	7,8%
(+) Resultado Financeiro	194.582	175.973	10,6%	133.895	31,4%
(+) Depreciações e Amortizações	741.456	641.791	15,5%	600.613	6,9%
(+) Resultado não Operacional - Subsidiária	4.921	3.527	39,5%	1.657	n.m
(=) EBITDA	1.595.408	1.926.566	-17,2%	1.758.469	9,6%
Margem EBITDA	29,5%	36,8%	-9,2p.p.	36,4%	+0,4p.p.
Ajustes - Itens Não Recorrentes					
(+) Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	152.171				
(+) Devolução - Arsae-MG	82.639				
(+) Incremento da Provisão - Processo Trabalhista	110.324				
EBITDA Ajustado	1.940.542	1.926.566	0,7%	1.758.469	9,6%
Margem EBITDA (ajustada)	35,9%	36,8%	-0,9p.p.	36,4%	+0,4p.p.

4. Remuneração aos Acionistas

4.1. Remuneração aos Acionistas - 2021

Para o ano de 2021, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$282,7 milhões, a título de Dividendos Regulares, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valor Total (R\$/Milhões)	Data do Pagamento
JCP 1T21	RCA 19.03.2021	24.03.2021	64,84	18.05.2021
JCP 2T21	RCA 17.06.2021	22.06.2021	55,17	16.08.2021
JCP 3T21	RCA 21.09.2021	24.09.2021	105,28	19.11.2021
Dividendos 3T21	RCA 21.09.2021	24.09.2021	57,38	19.11.2021
Exercício de 2021			282,68	

A Companhia informa que, em função dos eventos extraordinários e não recorrentes referentes à devolução de tarifas determinada pela Agência Reguladora e ao complemento na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, cuja contabilização ocorreu em dezembro de 2021, os valores declarados até setembro de 2021 atingiram o limite estabelecido para o referido exercício. Dessa forma, não se aplica declaração de JCP ou dividendos para o 4º (quarto) trimestre de 2021.

4.2. Remuneração aos Acionistas - 2022

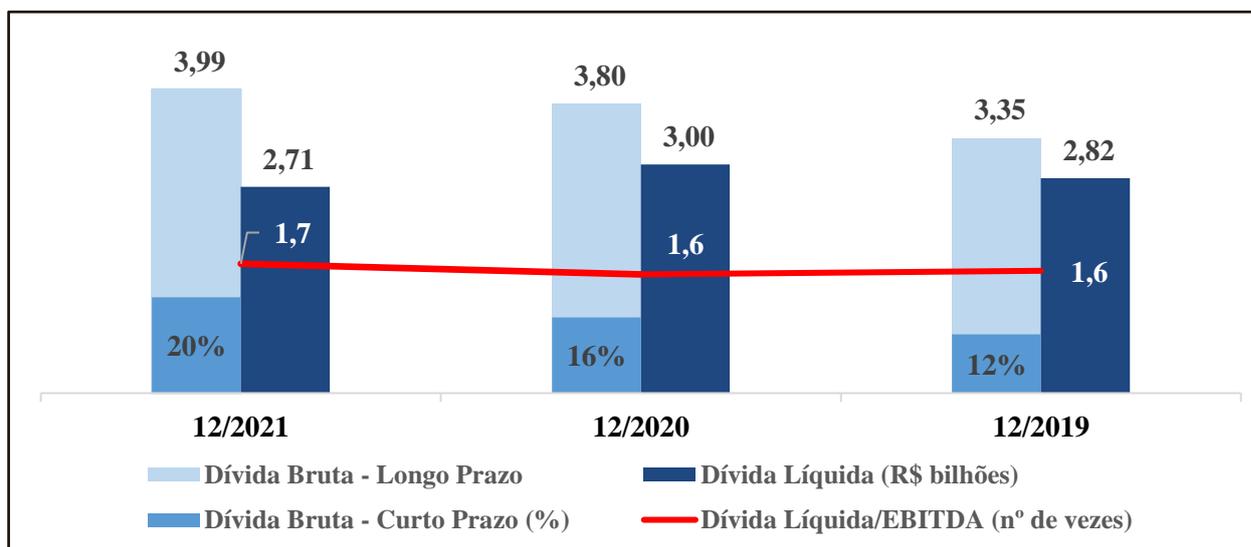
Para o exercício de 2022, conforme aprovação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16.02.2022, a distribuição de Dividendos Regulares corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, ajustado conforme artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, sob a forma de Juros sobre Capital Próprio - JCP ou dividendos.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 17.03.2022, aprovou a declaração JCP referente ao 1º Trimestre de 2022 (1T22), no valor de R\$33,9 milhões (R\$0,0893279501 por ação). A Data de Crédito (Data de Corte) foi 22.03.2022, sendo que a data de pagamento é de até 60 dias após a data da declaração.

5. Endividamento, Waiver e Rating

5.1. Dívida Bruta e Dívida Líquida

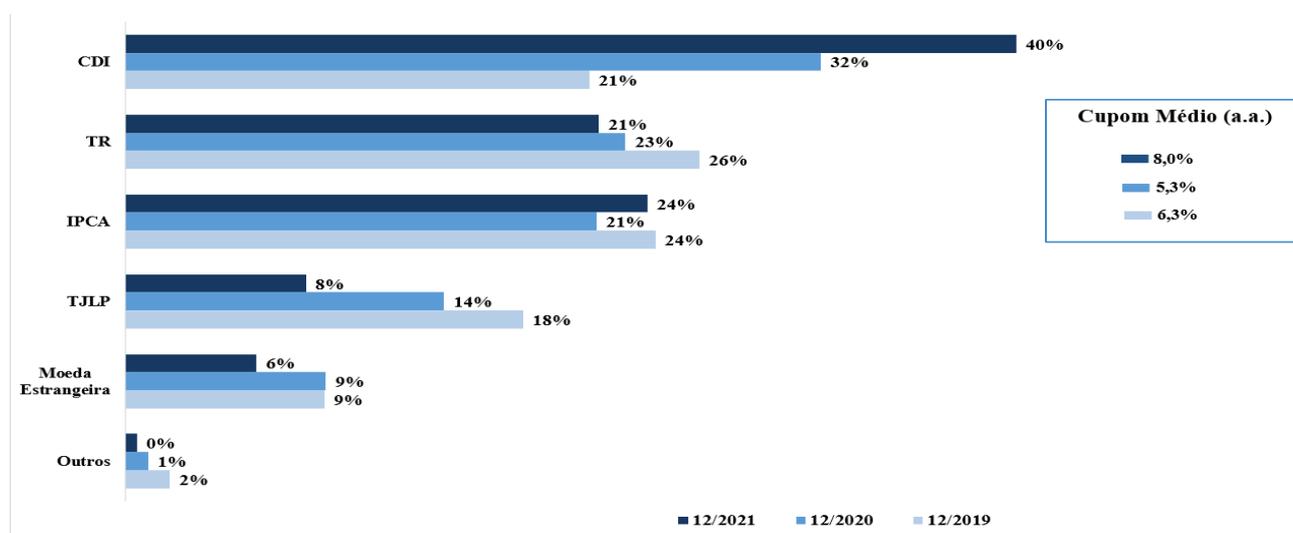
Conforme gráfico a seguir, a dívida bruta atingiu R\$3,99 bilhões em dezembro de 2021. A dívida líquida passou de R\$3,0 bilhões em dezembro de 2020 para R\$2,71 bilhões em dezembro de 2021. Já o índice de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses, atingiu, em dezembro de 2021, 1,7x (dezembro/2020: 1,6x).



O endividamento em moeda estrangeira representava 5,9% da dívida bruta em dezembro de 2021 e se referia à dívida junto ao banco alemão KfW e ao Banco Europeu de Investimento, cujos saldos acrescidos dos juros de curto prazo eram de €27,6 milhões (equivalente a R\$174,2 milhões em dezembro de 2021) e €10,0 milhões (equivalente a R\$63,2 milhões em dezembro de 2021), respectivamente. Para essas operações não havia mecanismo de *hedge* contratado.

5.2. Indexadores e Cupom Médio

A seguir, a Companhia apresenta a evolução do cupom médio e a representatividade da dívida por indexador contratual em dezembro de 2021, 2020 e 2019:



O CDI passou a representar 40% da dívida da COPASA, sendo que esse aumento pode ser atribuído, principalmente, à captação de recursos por meio da Segunda Série da 16ª Emissão de Debêntures ocorrida em

setembro de 2021, no valor de aproximadamente R\$507,0 milhões. Já a queda observada na representatividade da TJLP ocorreu em função das amortizações de dívidas realizadas em 2021. O Cupom Médio passou para 8,0%, em função da elevação no CDI.

5.3. Waiver

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Os *covenants* não financeiros foram impactados pelas decisões judiciais recentes exaradas no Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, referente à rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos. Conforme noticiado em Fato Relevante em 27.12.2021, a COPASA MG entendeu por rever o valor do provisionamento, ainda que não haja o valor da condenação na referida ação, tendo aumentado a provisão para esse processo em cerca de R\$217,0 milhões, cuja contabilização ocorreu em dezembro de 2021.

Ainda em dezembro de 2021, foram iniciadas as negociações com os debenturistas da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª emissões, uma vez que as escrituras dessas debêntures preveem que constitui um Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$50 milhões. Tal disposição pode ser verificada no texto extraído, exemplificativamente, do item IX, cláusula 7.26.2, da escritura da 12ª emissão, a seguir transcrito:

“7.26.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.26.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

(...)

IX. decisão em segundo grau de processos ou procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais, de qualquer natureza, em face da Companhia e/ou qualquer de suas Controladas ou Coligadas (a) cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda; (...);”

No caso das debêntures da 16ª Emissão, as negociações com os debenturistas foram também iniciadas em dezembro de 2021, uma vez que a escritura dessa emissão prevê que constitui o Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$75 milhões.

Em decorrência desse provisionamento, os debenturistas, em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGDs) das 13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões realizadas no dia 10.03.2022 e da 12ª emissão realizada em 21.03.2022 decidiram pela dispensa do cumprimento do inadimplemento contratual (*waiver*), recebendo em contrapartida um percentual sobre a dívida (*waiver fee*). Considerando as ações tomadas pela Companhia, que resultaram na efetiva obtenção dos *waivers*, as dívidas não são exigíveis ou pagáveis no curto prazo, de forma que as referidas dívidas permanecem classificadas no passivo não circulante.

A Administração da Companhia considera que as Demonstrações Financeiras da COPASA MG apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, e aplicou

todos os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações do CPC cabíveis, exceto pela não aplicação do item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 - “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 26).

Conforme referido item, a Companhia deveria reclassificar as suas dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante. No entanto, considerando a obtenção dos *waivers* junto aos credores, as dívidas da Companhia não se configuram como “passivo vencido e pagável à ordem do credor” no curto prazo e desta forma o atendimento ao item 74 do CPC 26 consistiria grave distorção do Balanço Patrimonial, pois faria com que as demonstrações financeiras da COPASA MG apresentassem no curto prazo dívidas no montante de R\$1,93 bilhão milhões que, na data da publicação das demonstrações financeiras, não eram exigíveis no curto prazo.

Assim, em conformidade com o item 19 do referido CPC 26, caso a dívida fosse reclassificada para o passivo circulante, a Administração entende que seria apresentada uma informação enganosa para os usuários das Demonstrações Contábeis, ferindo a finalidade de representação fidedigna dessas demonstrações, conflitando com o Pronunciamento Técnico “CPC 00 - Estrutura Conceitual para relatório financeiro”.

5.4. Rating Corporativo

Em 02.07.2021, a Agência de *Rating* Fitch publicou [relatório](#), elevando os *ratings* Nacional de Longo Prazo e de suas emissões de debêntures quirografárias de AA(bra) para AA+(bra). A Perspectiva do *rating* corporativo permaneceu estável.

Em 14.09.2021, a Agência de *Rating* Moody’s publicou [relatório](#), com a atribuição do *rating* Corporativo AAA.br para a COPASA MG, sendo que a perspectiva é estável.

A seguir, quadro com o resumo dos *ratings*:

Agência	Escala Nacional	Perspectiva	Data	Link do Relatório
Fitch Ratings	AA+(bra)	Estável	02.07.2021	Relatório
Moody’s América Latina	AAA.br	Estável	14.09.2021	Relatório

6. Programa de Investimentos e Captação de Recursos

6.1.1. Programa de Investimentos de 2021

Conforme demonstrado no quadro a seguir, em 2021, considerando a COPASA MG e a COPANOR conjuntamente, foram investidos R\$943,4 milhões. O investimento em 2021 foi substancialmente superior ao registrado no ano anterior, e o montante foi aplicado em sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, bem como em desenvolvimento empresarial e operacional.

Investimentos (R\$ Milhões)	2021	2020	2019
Água	537,1	147,1	260,5
Esgoto	317,5	213,3	279,1
Desenvolvimento Empresarial	52,3	99,0	46,7
Total - Controladora	906,9	459,4	586,3
COPANOR	36,5	22,3	34,1
Total - COPASA MG e COPANOR	943,4	481,7	620,4

6.1.1.1. Sistemas de Abastecimento de Água

- ampliação da capacidade de produção dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Barroso, Frei Lagonegro, Lagoa Santa, Mato Verde, Montes Claros, Nova Serrana, Patos de Minas, Ubá e Várzea da Palma;
- ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Curvelo, Extrema, Ipatinga, Lavras, Montes Claros, Nazareno, Nova Resende, Sabará e São Gotardo;
- implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Cambuquira, Campestre, Conselheiro Lafaiete, Guaraciama, Ijaci, Montalvânia, Montes Claros, Palma, Patos de Minas e São João Nepomuceno;
- melhorias e otimização dos Sistemas de Abastecimento de Água nos municípios de Belo Oriente, Conceição do Mato Dentro, Lavras, Medina, Paracatu, Perdigoão, Resplendor, Santa Luzia, Teófilo Otoni e Timóteo;
- execução de Unidade de Tratamento de Resíduos (UTR) das Estações de Tratamento de Água (ETA) dos municípios de Araxá, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Ibirité, Itajubá, Lavras e Varginha;
- aquisição de micromedidores de vazão, visando à efficientização da hidrometração e à redução de perdas;
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização dos Sistemas de Abastecimento de Água em diversos municípios operados; e
- execução de redes distribuidoras e ligações prediais de água em vários municípios do Estado de Minas Gerais.

6.1.1.2. Sistemas de Esgotamento Sanitário

- ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos municípios de Carmo da Cachoeira, Diamantina, Estrela do Sul, Fronteira, Ibirité, Ipatinga, Medina, Nova Lima, Ribeirão das Neves e Sabará;
- implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos municípios de Caratinga, Divino, Espinosa, Inhapim, Leandro Ferreira, Santana do Paraíso, São João Nepomuceno, Ubá, Verdelândia e Visconde do Rio Branco;
- execução de obras voltadas ao tratamento de esgoto dos municípios de Bom Despacho, Cataguases, Jacinto, Mateus Leme, Minas Novas, Paracatu, Patos de Minas, São Gotardo e Serra da Saudade;

- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização dos Sistemas de Esgotamento Sanitário em diversos municípios operados; e
- execução de redes coletoras e ligações prediais de esgoto em vários municípios do estado de Minas Gerais.

6.1.1.3. Desenvolvimento Empresarial e Operacional

- modernização da infraestrutura de informática, com a implantação (em andamento) do sistema SAP S/4 Hana, buscando melhorias e agilização no atendimento a clientes e nos processos internos; e
- contratação de ferramentas a fim de assegurar a segurança de dados e informações, bem como em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

6.1.2. Programa de Investimentos - 2022 a 2026

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2021, o Programa Plurianual de Investimentos projetado, referente à Controladora, para o período de 2022 a 2026, conforme detalhado no quadro abaixo:

Programa de Investimentos	2022	2023	2024	2025	2026
Valor (R\$ milhões)	1.395	1.410	1.600	1.600	1.410

O patamar de aportes previstos no Programa de Investimentos visa à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, extensão de redes, segurança hídrica, combate a perdas, desenvolvimento empresarial, atendimento de metas regulatórias e de eficiência, compromissos de concessão assumidos, reposição de ativos depreciados, bem como a consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo a sustentabilidade e perenidade da empresa. Com isso, a Companhia procura atender as demandas dos clientes e dos poderes concedentes, em busca da universalização dos serviços.

6.1.3. Captação de Recursos

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 18.08.2021, aprovou a contratação de operação de crédito de longo prazo, por meio da 16ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante de R\$750,0 milhões. Os recursos dessa operação, cuja liquidação ocorreu em 29.09.2021, serão destinados à execução de parte do Programa de Investimentos da Companhia.

No encerramento do exercício de 2021, a Companhia possuía um saldo de R\$1,68 bilhão em recursos contratados e ainda não liberados, sendo R\$42,8 milhões junto ao BNDES, R\$312,2 milhões junto ao FGTS, €74,7 milhões (equivalente a R\$472,1 milhões) contratados com o KfW e €135,0 milhões (equivalente a R\$853,3 milhões) junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). O registro contábil da dívida será realizado quando da efetiva entrada desses recursos na Companhia.

Em cumprimento ao Decreto nº 10.710/2021 e à Lei Federal nº 11.445/2007, a Companhia protocolou, em 31.12.2021, na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG), Requerimento de Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira. Na ocasião, foi apresentado plano de captação de recursos, validado por certificador independente, comprovando a capacidade econômico-financeira para atendimento das metas de universalização previstas no Art. 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007.

7. Ambiente Regulatório

7.1. Revisão Tarifária

Conforme [Fato Relevante divulgado em 29.06.2021](#), a Arsae MG divulgou em 29.06.2021 a [Resolução Arsae-MG nº 154/2021](#), com o resultado da 2ª (Segunda) Revisão Tarifária da COPASA MG.

O Efeito Tarifário Médio (ETM) aplicado sobre as tarifas vigentes, conforme a referida [Resolução](#) e a [Nota Técnica CRE 14/2021](#) foi de -1,52% (um inteiro e cinquenta e dois centésimos por cento negativos), cuja aplicação ocorreu em 01.08.2021.

A seguir, encontram-se disponibilizados os links dos principais documentos finais da referida Revisão Tarifária, cujo ciclo tarifário compreende o período de agosto/2021 a julho/2025:

- [Resolução Arsae-MG 154, de 28.06.2021: 2ª Revisão Tarifária Periódica;](#)
- [Nota Técnica CRE 14/2021: Resultado da 2ª Revisão Tarifária Periódica - Pós CP 23;](#)
- [Nota Técnica CRE 15/2021: Metodologia de Reajustes Tarifários - Pós CP23;](#)
- [Apuração da Base de Ativos Regulatória \(BRE e BRA\) – Pós CP23;](#)
- [Nota Técnica CRE 01/2021 - Pós CP 23/2021: Metodologia de Reconstrução da Receita Tarifária, Índice de Reposicionamento Tarifário e Efeito Tarifário Médio;](#)
- [Nota Técnica CRE 02/2021 - Pós CP 23/2021: Metodologia - Custos de Capital;](#)
- [Nota Técnica CRE 03/2021 - Pós CP 23/2021: Metodologia - Custos Operacionais Eficientes e Fator X;](#)
- [Nota Técnica CRE 04/2021 – Pós CP 23/2021: Metodologia - Programas Especiais;](#)
- [Nota Técnica CRE 08/2021 – Pós CP 23: Metodologia - Subsídio Copanor;](#) e
- [Nota Técnica CRE 10/2021 – Pós CP 23: Metodologia - Planejamento e Execução de Investimentos.](#)

7.2. Processos Referentes à Devolução de Tarifas

7.2.1. Processo Administrativo nº 005/2019

Em setembro de 2019, a Arsae-MG instaurou o Processo Administrativo nº 005/2019 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente no Município de Belo Horizonte, referentes a Esgoto Dinâmico com Coleta e Tratamento (EDT) no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2018. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém sem êxito. Em julho de 2021 foi emitida a Decisão Arsae-MG nº 066/2021, determinando a devolução dos valores aos clientes, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26.07.2021.

Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 08.09.2021, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 26.08.2021, decidiu pela devolução do valor principal acrescido de atualização monetária. Após a identificação dos usuários com direito à devolução, a Companhia apurou que o montante total é de R\$125,8 milhões, cujo início das devoluções ocorreu em setembro de 2021. Os valores foram integralmente contabilizados no Terceiro Trimestre de 2021 (3T21).

7.2.2. Processo Administrativo nº 028/2021

Em 2021 a Arsae-MG instaurou o Processo Administrativo nº 028/2021, para apurar possíveis inconsistências quanto à sistemática adotada pela COPASA MG para cálculo de valor faturado, em mês posterior ao faturamento pela média, no período de janeiro a julho de 2020, conforme [Comunicado ao Mercado](#) divulgado em 11.02.2021.

A COPASA MG apresentou recurso administrativo no processo, porém sem êxito. A Arsae-MG deliberou pela devolução de valores aos clientes.

A Administração da Companhia autorizou as devoluções, considerando o valor principal acrescidos de juros e correção monetária, totalizando R\$12,0 milhões, cuja devolução iniciou em novembro de 2021.

7.2.3. Processo Administrativo nº 031/2021

Em abril de 2021, a Arsae-MG instaurou o Processo Administrativo nº 31/2021 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente no Município de Belo Horizonte, alegando a não prestação efetiva dos serviços de tratamento de esgoto. Os fatos geradores, que levaram à interrupção temporária do transporte dos esgotos coletados para a Estação de Tratamento, foram de Força Maior, consequências das fortes chuvas registradas no mês de janeiro de 2020. As chuvas em Belo Horizonte nesse período culminaram, inclusive, na edição dos Decretos Estaduais de Emergência nº 33, 35 e 38, todos de janeiro/2020.

Em outubro de 2021, a Arsae-MG divulgou que a COPASA MG teria que devolver aproximadamente R\$130 milhões a usuários desse Município, conforme Fato Relevante divulgado em 07.10.2021. A Companhia informa que o assunto está sendo tratado com a Arsae-MG, por meio da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos, unidade vinculada à Advocacia Geral do Estado

7.3. Comprovação da Capacidade Econômico-Financeira pela Arsae - MG

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 17.03.2022, foi publicada, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, naquela data, a ata com a deliberação da Diretoria Colegiada da Arsae-MG sobre o procedimento de comprovação da capacidade econômico-financeira da COPASA MG, conforme previsto na Lei Federal nº 14.026/2020 e no Decreto Federal nº 10.710/2021.

Os pareceres técnicos da Arsae-MG atestaram a capacidade da COPASA MG quanto ao atendimento aos requisitos preconizados pela referida legislação, tanto na primeira etapa (indicadores econômico-financeiros), quanto na segunda etapa do processo (estudos de viabilidade e o plano de captação de recursos).

A decisão da Diretoria Colegiada da Arsae-MG, que está publicada e disponível no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, foi de aprovação por unanimidade pela comprovação da capacidade econômico-financeira da COPASA MG, considerando a apresentação, pela Companhia, do termo de anuência ao aditivo ou termo aditivo a contratos para inserção das metas de universalização, para 396 municípios que assinaram os documentos. Foi apontada a ressalva para os 183 municípios que, até a data final do parecer decisório da Arsae-MG, não haviam formalizado aditivos aos respectivos contratos de concessão. A Companhia informa que, conforme Resolução 160/2021 da Arsae-MG, a COPASA MG tem o prazo de 7 (sete) dias úteis para apresentar recurso contra a decisão da Agência sobre a referida ressalva.

8. Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercado e Coronavírus

8.1. Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024

Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia divulgou [Fato Relevante](#) descrevendo os desdobramentos do processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, processo esse ajuizado, em 2008, pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquele momento, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho. Em 18.06.2019, a Companhia apresentou Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal - STF (Processo nº 35.342), sendo emitida decisão favorável à COPASA MG, em 21.11.2019.

Em 30.09.2021, o STF reviu sua decisão, no que o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG), pela procedência da ação, voltaria a prevalecer. A Companhia interpôs Agravo Regimental na Reclamação, mas que foi rejeitado, com decisão publicada em 01.12.2021.

Em 07.12.2021, a Companhia interpôs Embargos de Declaração sobre a decisão, por entendê-la omissa. Esse processo estava classificado como de perda provável, sendo que o valor, até então provisionado, era de R\$33,5 milhões. Considerando as recentes decisões judiciais, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento, ainda que não haja o valor da condenação na referida ação. Para tanto, realizou cálculos preliminares, e em atenção às melhores práticas contábeis, aumentou a provisão para esse processo em cerca de R\$217,5 milhões, cuja contabilização ocorreu em 31.12.2021. Desse valor, R\$107,2 milhões foram contabilizados como Despesas Financeiras e R\$110,3 milhões foram contabilizados como Outras Despesas Operacionais.

8.2. Medidas de Auxílio às Vítimas Atingidas pelas Chuvas

A Companhia divulgou medidas em auxílio às vítimas atingidas pelas chuvas registradas em grande parte do Estado de Minas Gerais nos meses de dezembro/2021 a fevereiro de 2022, mediante autorização da Agência Reguladora, com posterior compensação tarifária. As condições variam de acordo com a situação de cada imóvel e estão detalhadas no [Comunicado ao Mercado](#) divulgado em 19.01.2022.

A Companhia estima que as medidas estabelecidas beneficiem aproximadamente 27 mil famílias, sendo de R\$2 milhões o valor estimado decorrente dessas medidas.

8.3. Coronavírus

A COPASA MG, desde o início da pandemia, vem praticando uma série de ações com o objetivo de preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores e de minimizar os impactos da pandemia aos seus clientes.

No âmbito comercial, no ano de 2021, foram disponibilizados 2 (dois) novos canais de relacionamento com o cliente, o *Chatbot* e o *WhatsApp*, e no Call Center, foi estruturada a automatização de serviços. Em relação aos clientes da categoria social (cerca de 6% do faturamento da Companhia), as ações de cobrança permanecem suspensas e foi ofertada a possibilidade de parcelamento das faturas atrasadas sem entrada, juros e multas (essa medida estava em vigor até o dia 10 de julho de 2021, e foi retomada entre os dias 26 de novembro a 31 de dezembro de 2021).

No que tange a seus empregados, a COPASA MG ampliou o teletrabalho (home office) mantendo, contudo, um contingente presencial mínimo para a adequada prestação dos serviços à população.

9. Situação Hídrica

9.1. Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

9.1.1. Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul

A seguir, evolução dos níveis dos reservatórios do Sistema Paraopeba (Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul), que são responsáveis por 49% do volume distribuído da RMBH. Em decorrência das chuvas registradas de dezembro/2021 a fevereiro/2022, houve recuperação significativa nos volumes desses reservatórios, que, em 28.02.2022, se encontravam cheios, conforme demonstrado a seguir.



Em função do rompimento, em 25.01.2019, da barragem Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, operada pela Vale S.A., os órgãos ambientais, sanitários e de fiscalização determinaram a suspensão da captação de água no rio Paraopeba para fins de consumo humano e de abastecimento público, razão pela qual a Companhia interrompeu a captação de água no rio Paraopeba e executou ações visando a identificar e mitigar os riscos à sua operação. Preventivamente, a Companhia fechou as comportas da unidade de captação de água no rio Paraopeba, no mesmo dia do rompimento, visando à preservação das instalações da captação, cujos ativos não sofreram deterioração e, portanto, não foram comprometidos.

Em julho de 2019, foi assinado Termo de Compromisso (TC) entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Vale, tendo como um dos intervenientes a COPASA MG, para construção de novo ponto de captação no Rio Paraopeba, a montante do ponto de rompimento e da congruência do ribeirão Ferro Carvão e rio Paraopeba.

A Vale informou que iniciou, em setembro de 2021, o bombeamento de água do novo sistema de captação do rio Paraopeba, em Brumadinho, com vazão de 1 (um) mil litros por segundo, atingindo 2 (dois) mil litros por segundo em novembro. Segundo informações prestadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais pela Vale, em 25.02.2022, as estruturas implantadas já se encontram em condições técnicas para o início dos testes de bombeamento, com a vazão 5 (cinco) mil litros por segundo.

Porém, em razão da necessidade de manter a continuidade do abastecimento público da RMBH e do nível de consumo de água registrado nos últimos dias frente à capacidade de produção atual, a Companhia entendeu ser mais prudente aguardar um quadro de consumo mais estável para autorizar o início dos testes de bombeamento

do novo sistema, que, por estar sendo operado de forma integral pela 1ª (primeira) vez, está sujeito a intermitências que podem impactar diretamente na distribuição de água à população.

Encontram-se em andamento os ajustes finais necessários para o início da operação assistida e efetiva entrega da captação para a COPASA MG.

A COPASA MG ressalta que os atuais níveis dos reservatórios da bacia do Paraopeba permitem que os testes iniciais da nova captação possam ser temporariamente postergados sem prejuízo ao abastecimento regular da população da RMBH.

9.1.2. Rio das Velhas

A captação no Rio das Velhas, responsável por aproximadamente 42% do volume distribuído na RMBH, é realizada a fio d'água, sendo bastante influenciada pela ocorrência de chuvas, tendo em vista sua localização na parte alta da bacia hidrográfica. A seguir, quadro com informações sobre essa captação:

Sistema Rio das Velhas	
Percentual do volume distribuído em relação ao total da RMBH	42%
Outorga de captação	8,7m³/s
Vazão média do Rio das Velhas nos últimos 15 dias anteriores a 28.02.2022	72,2m³/s
Vazão média utilizada nos últimos 12 meses	6,9 m³/s

9.2. Interior do Estado de Minas Gerais

As atividades da Companhia no interior do Estado são pulverizadas em vários municípios e bacias hidrográficas distintas. De forma geral, a maioria das localidades onde a Companhia presta seus serviços possui fonte de produção de água local. Assim, eventual restrição hídrica no abastecimento impacta apenas localmente e de forma marginal as receitas totais da Companhia.

Em 28.02.2022, encontrava-se em situação de racionamento apenas a localidade de Bom Jesus de Cardosos (município de Urucânia), que possui cerca de 800 ligações de água, ao passo que em fevereiro de 2021 encontravam-se em racionamento as localidades de Jesus de Cardosos (município de Urucânia) e Vale Verde de Minas (município de Ipaba) que representavam, de forma conjunta, cerca de 1,3 mil ligações de água.

Visando a minimizar os impactos da situação hídrica, a Companhia recorre a meios que contribuem para a regularização do abastecimento nas localidades afetadas, por meio da utilização de caminhões-pipa, perfurações de poços e investimentos em captações alternativas, conforme as opções disponíveis em cada região e o grau de criticidade da escassez em cada caso. Adicionalmente, são intensificadas as campanhas de conscientização quanto ao consumo racional da água.

Especificamente quanto a Montes Claros, município com população estimada de 413,5 mil habitantes e maior concessão da Companhia no interior do Estado, que historicamente enfrenta problemas de estiagem, foram iniciadas obras de implantação do Sistema São Francisco, que possui capacidade de 500 l/s. Esse sistema, além de promover segurança hídrica do município de Montes Claros até o ano de 2050, prevê, ainda, o abastecimento dos municípios de Coração de Jesus e Ibiaí, podendo, também, ser considerado como alternativa para outras localidades da região, beneficiando potencialmente cerca de 430 mil habitantes. A finalização do empreendimento está prevista para ser concluída até o final deste semestre, com aporte previsto de R\$257 milhões.

10. Anexos

As informações financeiras desses anexos, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil) e se referem à Controladora.

10.1. Demonstrativo de Resultado Trimestral

CONTROLADORA	4T21	4T20	4T21 X 4T20	4T19	4T20 X 4T19
RECEITA OPERACIONAL DE SERVIÇOS					
Serviços de água	853.535	855.883	-0,3%	823.112	4,0%
Serviços de esgoto	434.947	488.260	-10,9%	468.447	4,2%
Receitas de resíduos sólidos	555	542	2,4%	466	16,3%
Receitas de construção	243.090	85.154	185,5%	93.914	-9,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.532.127	1.429.839	7,2%	1.385.939	3,2%
Custos dos serviços vendidos	(829.325)	(679.936)	22,0%	(655.140)	3,8%
Custos de construção	(243.090)	(85.154)	185,5%	(93.914)	-9,3%
CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(1.072.415)	(765.090)	40,2%	(749.054)	2,1%
RESULTADO BRUTO	459.712	664.749	-30,8%	636.885	4,4%
Despesas com vendas	(52.934)	(56.040)	-5,5%	(51.434)	9,0%
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(59.866)	(88.781)	-32,6%	(44.852)	97,9%
Despesas gerais e administrativas	(160.290)	(134.107)	19,5%	(130.703)	2,6%
Outras receitas operacionais	87.485	50.989	71,6%	27.383	86,2%
Outras despesas operacionais	(159.439)	(57.276)	178,4%	(60.501)	-5,3%
Participação dos empregados nos lucros ¹	-	-	n.m	(16.331)	-100,0%
Resultado da equivalência patrimonial	(4.248)	2.241	-289,6%	(3.373)	-166,4%
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(349.292)	(282.974)	23,4%	(279.811)	1,1%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANC. E DOS TRIBUTOS	110.420	381.775	-71,1%	357.074	6,9%
Receitas financeiras	156.232	17.184	809,2%	35.108	-51,1%
Despesas financeiras	(215.949)	(42.580)	407,2%	(57.525)	-26,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(59.717)	(25.396)	135,1%	(22.417)	13,3%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/ O LUCRO	50.703	356.379	-85,8%	334.657	6,5%
Provisão para imposto de renda	15.279	(61.871)	-124,7%	(56.480)	9,5%
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	(1.680)	(25.754)	-93,5%	(22.890)	12,5%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	64.302	268.754	-76,1%	255.287	5,3%
Ações em circulação no fim do período (milhares)	379.181	379.181	0,0%	379.181	0,0%
Lucro líquido por ação (em R\$)²	0,17	0,71	-76,1%	0,67	5,3%

(1) A forma de contabilização da Participação dos Empregados nos Lucros (PL) foi alterada e passou a ser realizada diretamente como Custos dos Serviços Vendidos, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas, a partir do 4T19. O valor da PL do 4T21 foi de R\$3,4 milhões (R\$17,4 milhões no 4T20 e R\$16,3 milhões no 4T19).

(2) Os valores do lucro líquido por ação foram ajustados, considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações. Assim, os valores anteriores a data dessa operação foram divididos por 3 (três).

10.2. Demonstrativo de Resultado Anual

CONTROLADORA	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
RECEITA OPERACIONAL DE SERVIÇOS					
Serviços de água	3.355.225	3.193.744	5,1%	2.995.036	6,6%
Serviços de esgoto	1.824.296	1.819.243	0,3%	1.688.185	7,8%
Receitas de resíduos sólidos	2.265	2.090	8,4%	2.062	1,4%
Receitas de construção	648.408	273.866	136,8%	408.079	-32,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE SERVIÇOS	5.830.194	5.288.943	10,2%	5.093.362	3,8%
Custos dos serviços vendidos	(3.028.970)	(2.607.041)	16,2%	(2.521.721)	3,4%
Custos de construção	(648.408)	(273.866)	136,8%	(408.079)	-32,9%
CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(3.677.378)	(2.880.907)	27,6%	(2.929.800)	-1,7%
RESULTADO BRUTO	2.152.816	2.408.036	-10,6%	2.163.562	11,3%
Despesas com vendas	(228.213)	(222.930)	2,4%	(206.847)	7,8%
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(221.416)	(369.880)	-40,1%	(189.655)	95,0%
Despesas gerais e administrativas	(622.214)	(495.472)	25,6%	(484.855)	2,2%
Outras receitas operacionais	177.380	171.341	3,5%	107.937	58,7%
Outras despesas operacionais	(396.631)	(197.260)	n.m	(221.171)	-10,8%
Resultado da equivalência patrimonial	(12.691)	(12.587)	0,8%	(12.772)	-1,4%
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(1.303.785)	(1.126.788)	15,7%	(1.007.363)	11,9%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANC. E DOS TRIBUTOS	849.031	1.281.248	-33,7%	1.156.199	10,8%
Receitas financeiras	285.167	145.962	95,4%	115.547	26,3%
Despesas financeiras	(479.749)	(321.935)	49,0%	(249.442)	29,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(194.582)	(175.973)	10,6%	(133.895)	31,4%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/ O LUCRO	654.449	1.105.275	-40,8%	1.022.304	8,1%
Provisão para imposto de renda	(79.558)	(208.344)	-61,8%	(193.748)	7,5%
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	(37.304)	(80.454)	-53,6%	(74.182)	8,5%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	537.587	816.477	-34,2%	754.374	8,2%
Ações em circulação no fim do período (milhares)	379.181	379.181	-	379.181	-
Lucro líquido por ação (em R\$)¹	1,42	2,15	-34,2%	1,99	8,2%

(1) Os valores do lucro líquido por ação foram ajustados, considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações. Assim, os valores anteriores a data dessa operação foram divididos por 3 (três).

10.3. Balanço Patrimonial – Ativo

CONTROLADORA			31.12.2021		31.12.2020	
	31.12.2021	31.12.2020	X 31.12.2020	31.12.2019	X 31.12.2019	
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	1.279.469	786.377	62,7%	521.304	50,8%	
Clientes	1.026.364	1.034.710	-0,8%	1.176.718	-12,1%	
Caução em garantia de financiamentos	-	8.332	n.m.	-	-	
Estoques	83.322	62.603	33,1%	57.214	9,4%	
Impostos a recuperar	100.568	18.381	447,1%	30.173	n.m.	
Convênio de cooperação técnica	38.271	16.152	136,9%	471	n.m.	
Bancos e aplicações de convênios	3.273	24.452	-86,6%	20.190	21,1%	
Créditos diversos	26.776	23.486	14,0%	21.934	7,1%	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	2.558.043	1.974.493	29,6%	1.828.004	8,0%	
NÃO CIRCULANTE						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Caução em garantia de financiamentos	65.853	191.642	-65,6%	180.770	6,0%	
Aplicação financeira vinculada	77.228	75.715	2,0%	85.268	-11,2%	
Ativos financeiros investimento BRK Ambiental - Foz Jeceaba	26.153	76.603	-65,9%	75.074	n.m.	
Créditos com controladas	-	2.125	n.m.	-	n.m.	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	409.039	293.349	39,4%	203.908	43,9%	
Ativos financeiros	733.328	685.561	7,0%	648.892	5,7%	
Convênio de cooperação técnica LP	5.165	26.188	n.m.	35.594	n.m.	
Créditos diversos	59.087	66.762	-11,5%	44.248	50,9%	
Ativo de contrato	1.424.870	756.545	88,3%	1.132.922	n.m.	
Direitos de uso de arrendamento mercantil	72.699	61.716	17,8%	57.169	n.m.	
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.873.422	2.236.206	28,5%	2.463.845	-9,2%	
Investimentos	202.442	165.392	22,4%	134.243	23,2%	
Intangível	5.592.762	5.867.484	-4,7%	5.504.374	6,6%	
Imobilizado	1.470.123	1.518.979	-3,2%	1.590.303	-4,5%	
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	7.265.327	7.551.855	-3,8%	7.228.920	4,5%	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.138.749	9.788.061	3,6%	9.692.765	1,0%	
TOTAL DO ATIVO	12.696.792	11.762.554	7,9%	11.520.769	2,1%	

10.4. Balanço Patrimonial – Passivo

CONTROLADORA			31.12.2021	31.12.2020	
	31.12.2021	31.12.2020	X 31.12.2020	31.12.2019	X 31.12.2019
CIRCULANTE					
Empreiteiros e fornecedores	287.975	206.177	39,7%	176.302	16,9%
IR e CSLL a pagar	-	-	n.m.	-	n.m.
Impostos, taxas e contribuições	75.102	79.680	-5,7%	76.719	3,9%
Empréstimos e financiamentos	190.315	201.851	-5,7%	170.450	18,4%
Debêntures	609.822	393.905	n.m.	214.489	83,6%
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	26.308	32.623	-19,4%	37.166	n.m.
Parceria público privada	52.331	47.975	9,1%	59.985	-20,0%
Participação dos empregados nos lucros	125.178	91.336	37,1%	46.024	98,5%
Provisão para férias e 13º salário	119.302	125.194	-4,7%	115.971	8,0%
Parcelamento de impostos	6.623	-	n.m.	14.289	n.m.
Convênio de cooperação técnica	1.214	3.547	-65,8%	3.326	n.m.
Obrigações de benefícios de aposentadoria	16.614	21.998	-24,5%	42.170	-47,8%
Juros sobre o capital próprio	265	72.270	-99,6%	80.719	-10,5%
Obrigações diversas	375.390	102.304	266,9%	72.640	n.m.
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.886.439	1.378.860	36,8%	1.110.250	24,2%
NÃO CIRCULANTE					
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Empréstimos e financiamentos	878.079	1.072.146	-18,1%	1.110.936	-3,5%
Debêntures	2.307.128	2.113.239	9,2%	1.814.362	16,5%
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	49.331	31.512	56,5%	21.106	n.m.
Parceria público privada	208.654	258.251	-19,2%	297.434	-13,2%
Provisão para processos em litígios	377.363	134.002	181,6%	192.448	-30,4%
Obrigações de benefícios de aposentadoria	112.764	223.892	-49,6%	136.007	64,6%
Obrigações diversas	115.099	94.040	22,4%	91.345	3,0%
Convênio de cooperação técnica LP	1.977	-	n.m.	3.168	n.m.
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.050.395	3.927.082	3,1%	3.666.806	7,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social realizado	3.402.385	3.402.385	-	3.402.385	-
Ações em tesouraria	(8.576)	(8.576)	-	(8.576)	-
Reservas de lucro	3.147.591	3.147.591	-	3.378.939	-6,8%
Ajustes de avaliações patrimoniais	(36.434)	(84.788)	n.m.	(29.035)	n.m.
Lucros acumulados	254.992	-	n.m.	-	n.m.
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.759.958	6.456.612	4,7%	6.743.713	-4,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.696.792	11.762.554	7,9%	11.520.769	2,1%

10.5. Fluxo de Caixa Trimestral

Demonstração do Fluxo de Caixa	4T21	4T20	4T19
Fluxo de Caixa nas atividades operacionais:			
Lucro líquido (Prejuízo) do período	64.302	268.754	255.287
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido			
Provisões para créditos liquidação duvidosa	59.866	88.781	46.457
Recuperação de contas baixadas	-	-	(9.138)
Encargos e var.monet./cambiais, líquidas	33.721	11.668	7.830
Receitas e despesas de juros	160.984	25.020	35.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(71.564)	7.426	9.809
Resultado da equivalência patrimonial	4.248	(2.241)	3.373
Ganho/perda na baixa de intangível e imobilizado	(98)	30.197	286
Depreciação e amortização	234.301	164.342	153.929
Constituição de provisões	124.143	(15.280)	(1.191)
Provisão com benefícios de aposentadoria	18.557	16.538	15.873
Ativos financeiros	(65.282)	(9.178)	(31.716)
Outros	-	1	-
Provisão para perdas de estoque	(290)	188	21
Lucro ajustado	562.888	586.216	486.179
Redução (aumento) no ativo operacional			
Contas a receber de clientes	(14.062)	(62.840)	(14.970)
Estoques	(5.269)	1.780	(2.911)
Impostos a recuperar	15.355	11.787	(28.668)
Bancos e aplicações de convênio	-	-	783
Caução em garantia de financiamentos	-	-	(10.352)
Aplicações de títulos val. mobiliários/aplic. financ. vinculada	-	-	(161.966)
Outros ativos financeiros	-	-	22.914
Adiantamento Repasse tarifário	1.794	(2.378)	1.159
Convênio de cooperação técnica	1.887	2.557	73.077
Outros	(731)	14.032	(1.051)
Aumento (redução) no passivo operacional			
Fornecedores	71.280	(13.633)	6.849
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas	2.456	7.824	100.660
Provisões para férias	(63.758)	(56.436)	(51.562)
Participação dos empregados nos lucros	4.956	11.383	13.640
Convênio de cooperação técnica	(58)	481	4.987
Contingências	532	(1.601)	7.396
Obrigações de benefícios de aposentadoria	(8.625)	(8.054)	(7.430)
Outros	(80.110)	28.530	(12.184)
Pagamento de passivo atuarial	(913)	(6.814)	(6.637)
Caixa gerado nas operações	487.622	(73.382)	(66.266)
Juros pagos	(52.337)	(36.367)	(45.015)
Juros pagos PPP	(1.524)	(1.739)	2.345
Pagamento de IR/CSLL	(3.077)	(116.493)	(131.760)
Caixa líquido nas atividades operacionais	430.684	358.235	245.483
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:			
Pagamento a PPP	(13.764)	(16.591)	(16.906)
Valor recebido pela venda de imobilizado	2.042	266	1.668
Aquisição de Ativo de Contrato	(284.151)	(122.881)	(103.126)
Aquisição de Ativo Intangível	(47.530)	(41.612)	(105.801)
Aquisição de Ativo imobilizado	(10.875)	(5.797)	(6.657)
Aplicações financeiras	-	-	161.349
Caução em garantia de financiamentos	936	(7.462)	15.456
Bancos e aplicações de convênio	5.393	(7.106)	(12.142)
Caixa líquido nas atividades de investimento	(347.949)	(201.183)	(66.159)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:			
Ingresso de empréstimos, finan. e debêntures	41.109	537.911	22.287
Juros capitalizados	-	2.292	-
Amortização de empréstimos, finan. e debêntures	(96.910)	(89.321)	(93.629)
Juros sobre o capital próprio pagos	(98.697)	(59.715)	(60.022)
Dividendos pagos	(57.372)	(819.918)	-
Custo de captação	(383)	(1.764)	-
Pagamento de arrendamento mercantil	(7.303)	(10.823)	(9.206)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(219.556)	(441.338)	(140.570)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(136.821)	(284.286)	38.754
Saldo de disponibilidades no início do trimestre	1.416.290	1.070.663	482.550
Saldo de disponibilidades no fim do trimestre	1.279.469	786.377	521.304

10.6. Fluxo de Caixa Anual

Demonstração do Fluxo de Caixa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	537.587	816.477
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	221.416	369.880
Encargos e variações monetárias e cambiais, líquidas	94.035	129.778
Receitas e despesas de juros, líquidos	294.323	108.243
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(140.643)	(60.837)
Resultado da equivalência patrimonial	12.691	12.587
(Ganho)/perda na baixa de intangível e imobilizado	11.505	129.751
Depreciação e amortização	741.457	641.791
Constituição de (reversões) provisões	151.130	(62.857)
Provisão com benefícios de aposentadoria	68.183	60.247
Ativos financeiros	(101.836)	(36.406)
Provisão para perdas de estoque	253	823
Outros	(1.182)	(316)
Lucro ajustado	1.888.919	2.109.161
Variações no ativo		
Contas a receber de clientes	(165.122)	(189.923)
Estoques	(20.940)	(6.259)
Impostos a recuperar	(82.187)	11.792
Adiantamento Repasse tarifário	6.318	(19.812)
Convênio de cooperação técnica	(1.096)	(6.275)
Outros	(2.852)	4.000
Variações no passivo		
Fornecedores	81.800	17.601
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas	288.147	362.119
Provisões para férias	(5.892)	9.223
Participação dos empregados nos lucros	33.842	45.312
Convênio de cooperação técnica	(356)	(2.947)
Contingências	(8.178)	4.411
Obrigações de benefícios de aposentadoria	(51.652)	(50.058)
Outros	238.098	28.901
Pagamento de passivo atuarial	(4.980)	(26.998)
Caixa gerado pelas operações	2.193.869	2.290.248
Juros pagos	(212.325)	(171.107)
Juros pagos da Parceria Público Privada	(6.194)	(8.859)
Pagamento de IRPJ/CSLL	(307.293)	(370.652)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.668.057	1.739.630
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:		
Pagamento a Parceria Público Privado	(54.028)	(56.665)
Aumento de capital de subsidiária (COPANOR)	(49.740)	(43.736)
Valor recebido pela venda de imobilizado	5.006	2.782
Aquisição de Ativo de Contrato	(794.724)	(455.637)
Aquisição de Ativo Intangível	(147.956)	(139.385)
Aquisição de Ativo Imobilizado	(28.897)	(12.559)
Caução em garantia de financiamentos	143.067	15.133
Bancos e aplicações de convênios	21.179	(4.262)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(906.093)	(694.329)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:		
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	895.164	564.772
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(779.594)	(251.750)
Juros sobre o capital próprio pagos	(282.747)	(225.064)
Dividendos pagos	(57.372)	(819.918)
Custo de captação	(11.659)	(5.280)
Pagamento do passivo de arrendamento mercantil	(32.664)	(42.988)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(268.872)	(780.228)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	493.092	265.073
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	786.377	521.304
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.279.469	786.377
Pagamento de arrendamento mercantil	(11.124)	(11.229)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	2.547.814	1.561.525
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	2.367.194	1.379.152
Saldo de disponibilidades no início do exercício	521.304	694.778
Saldo de disponibilidades no fim do exercício	694.778	913.179

10.7. Endividamento

Endividamento - Linhas de Financiamento	Taxa Juros Contratual (Anual)	Indexador	Início do Contrato	Término do Contrato	Saldo Devedor em 12/2021	%
Em Moeda Nacional:						
Recursos FGTS*	7,69%	TR	**	16.08.2042	687.042	17,2%
Finame	4,21%	-	28.03.2011	15.01.2025	19.996	0,5%
BNDES Empréstimo	6,85%	TJLP	15.01.2008	15.05.2025	126.994	3,2%
BNDES/Debêntures 4ª Emissão						
1ª Série	6,87%	TJLP	15.07.2010	15.07.2022	15.497	0,4%
2ª Série	9,05%	IPCA	15.07.2010	15.08.2022	54.147	1,4%
3ª Série	6,87%	TJLP	15.07.2010	15.07.2022	20.519	0,5%
Caixa/Debêntures 5ª Emissão	9,00%	TR	20.09.2011	01.09.2031	171.559	4,3%
BNDES/Debêntures 8ª Emissão						
1ª Série	7,19%	TJLP	15.06.2015	15.06.2028	53.125	1,3%
2ª Série	8,18%	IPCA	15.06.2015	15.06.2028	30.154	0,8%
BNDES/Debêntures 11ª Emissão						
1ª Série	7,94%	TJLP	15.01.2017	15.01.2031	110.517	2,8%
2ª Série	8,85%	IPCA	15.01.2017	15.01.2031	59.714	1,5%
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão						
1ª Série	5,06%	IPCA	08.02.2018	15.01.2024	196.961	4,9%
2ª Série	5,27%	IPCA	08.02.2018	15.01.2026	101.776	2,5%
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão						
2ª Série	10,07%	DI	15.07.2018	15.07.2023	557.276	13,9%
3ª Série	6,50%	IPCA	15.07.2018	15.07.2025	83.487	2,1%
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão						
1ª Série	9,71%	DI	15.06.2019	15.06.2024	47.330	1,2%
2ª Série	4,30%	IPCA	15.06.2019	15.06.2026	166.386	4,2%
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão						
1ª Série	11,06%	DI	16.12.2020	16.12.2025	502.295	12,5%
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão						
1ª Série	5,23%	IPCA	15.09.2021	15.09.2031	253.977	6,3%
2ª Série	10,57%	DI	15.09.2021	15.09.2026	508.621	12,7%
Em Moeda Estrangeira:						
Kfw	2,07%	-	29.11.2011	20.12.2023	174.155	4,3%
BEI	0,028%	-	13.12.2019	20.09.2033	63.215	1,6%
Total Dívida Curto + Longo Prazo					4.004.743	100,0%
Custo de Captação					19.399	
Total Dívida Curto + Longo Prazo (Contábil)					3.985.344	
Caixa e Equivalentes de Caixa					1.279.469	
Dívida Líquida***					2.705.875	

*Recursos FGTS: Caixa Econômica Federal.

**Diversas datas.

*** Valor Contábil, visto que foram expurgados os Custos de Captação das Operações.

Sobre a COPASA MG

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado de Minas Gerais, sendo que suas ações são negociadas, desde fevereiro de 2006, no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código CSMG3. A COPASA MG tem como atividade planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. A Companhia possui concessões em 75% dos municípios do Estado de Minas Gerais, atendendo uma população aproximada de 11,8 milhões de habitantes com serviços de abastecimento de água, dos quais 8,4 milhões de habitantes possuem, também, os serviços de esgotamento sanitário.

Relações com Investidores

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Augusto Botrel Berto

Gerente de RI

Oswaldo Raimundo Rodrigues

Analistas de RI

Carla Radicchi

Mateus Vieira Souto

Rogério de Souza Silva Pinto

Yasmin Pitaluga Miranda

E-mail: ri@copasa.com.br

Site: ri.copasa.com.br

Telefones para atendimento aos investidores:

+55 (31)3250-1063/1065/1386/1602/1643/1861

Eventuais informações constantes neste documento referentes a perspectivas de negócios, projeções e metas operacionais e financeiras da COPASA MG constituem-se em premissas e expectativas da Administração da Companhia, baseadas em informações atualmente disponíveis. Elas envolvem riscos e incertezas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Alterações na política macroeconômica, na legislação ou em outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da COPASA MG e conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações.